

Índice

Dados da Empresa

5. Composição do Capital	1
7. Proventos em Dinheiro	2

2. Dfs Individuais

1. Balanço Patrimonial Ativo	3
2. Balanço Patrimonial Passivo	4
3. Demonstração do Resultado	5
4. Demonstração do Resultado Abrangente	7
5. Demonstração do Fluxo de Caixa	8

8. Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido

Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019	10
Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018	11
Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017	12

9. Demonstração de Valor Adicionado	13
-------------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	14
---	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Proposta de Orçamento de Capital	75
----------------------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	76
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	79
Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	80
Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	82
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	83

Dados da Empresa / 5. Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	4.095.574
Preferenciais	0
Total	4.095.574

Dados da Empresa / 7. Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	11/03/2019	Ordinária		0,06097
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2019	Dividendo	11/03/2019	Ordinária		0,26140
Reunião do Conselho de Administração	20/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	27/06/2019	Ordinária		0,05447
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2019	Dividendo	27/06/2019	Ordinária		0,07996
Reunião do Conselho de Administração	24/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Ordinária		0,04942
Reunião do Conselho de Administração	23/07/2019	Dividendo	27/09/2019	Ordinária		0,00265
Reunião do Conselho de Administração	23/07/2019	Juros sobre Capital Próprio	27/09/2019	Ordinária		0,00074
Reunião do Conselho de Administração	19/09/2019	Juros sobre Capital Próprio	18/11/2019	Ordinária		0,02879
Reunião do Conselho de Administração	29/10/2019	Juros sobre Capital Próprio	18/11/2019	Ordinária		0,01548
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2020	Ordinária		0,02105

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	93.517.087	81.757.466	88.620.636
1.01	Ativo Circulante	80.714.792	69.295.486	76.443.061
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	191.400	127.664	3.923.253
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.933.654	7.171.122	7.317.666
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7.933.654	7.171.122	7.317.666
1.01.02.01.03	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	7.885.074	7.171.122	7.278.201
1.01.02.01.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	48.580	0	39.465
1.01.03	Contas a Receber	72.459.211	61.937.090	64.986.509
1.01.03.01	Clientes	72.070.041	61.817.881	64.942.324
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	72.070.041	61.817.881	64.942.324
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	389.170	119.209	44.185
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	196.893	19.457	8.410
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	106.642	46.176	3.789
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	85.635	53.576	31.986
1.01.06	Tributos a Recuperar	130.527	59.610	215.633
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	130.527	59.610	215.633
1.02	Ativo Não Circulante	12.802.295	12.461.980	12.177.575
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.521.613	2.558.595	2.518.716
1.02.01.04	Contas a Receber	27.001	20.325	19.539
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	27.001	20.325	19.539
1.02.01.07	Tributos Diferidos	907.991	914.047	889.105
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	907.991	914.047	889.105
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.586.621	1.624.223	1.610.072
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.586.621	1.624.223	1.610.072
1.02.02	Investimentos	8.887.796	8.959.143	8.811.562
1.02.03	Imobilizado	830.152	523.853	463.595
1.02.04	Intangível	562.734	420.389	383.702

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	93.517.087	81.757.466	88.620.636
2.01	Passivo Circulante	74.533.409	64.662.074	71.050.537
2.01.02	Fornecedores	73.141.581	62.852.953	67.306.733
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	73.141.581	62.852.953	67.306.733
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	62.805.144	52.878.277	57.377.277
2.01.02.01.03	Fornecedores	429.994	548.925	635.404
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	9.906.443	9.425.751	9.294.052
2.01.03	Obrigações Fiscais	104.375	339.720	403.393
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	917.685	1.032.941	2.827.084
2.01.05	Outras Obrigações	369.768	436.460	513.327
2.01.05.02	Outros	369.768	436.460	513.327
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	72.183	140.687	270.470
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	47.513	75.692	0
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	250.072	220.081	242.857
2.02	Passivo Não Circulante	9.516.324	7.731.122	7.419.232
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.799.128	5.265.627	5.084.140
2.02.02	Outras Obrigações	910.322	710.263	610.107
2.02.04	Provisões	1.806.874	1.755.232	1.724.985
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.806.874	1.755.232	1.724.985
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis	1.806.874	1.755.232	1.724.985
2.03	Patrimônio Líquido	9.467.354	9.364.270	10.150.867
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000	4.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	9.460	20.677	8.695
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-56.198	-50.578	-53.925
2.03.02.07	Reservas de Capital	65.658	71.255	62.620
2.03.04	Reservas de Lucros	3.745.178	3.583.971	5.293.153
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	12.716	59.622	149.019

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	5.300.680	6.450.408	6.836.036
3.01.01	Receita Operacional	5.897.986	7.206.746	7.608.433
3.01.02	Impostos sobre serviços	-597.306	-756.338	-772.397
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.637.562	-2.506.458	-2.409.185
3.03	Resultado Bruto	2.663.118	3.943.950	4.426.851
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.215.665	-702.426	-743.075
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.215.665	-702.426	-743.075
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-508.868	-393.661	-409.194
3.04.02.02	Despesa com Pessoal	-289.046	-272.118	-271.304
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-300.968	-283.019	-176.059
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-377.541	-295.927	-195.463
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	260.758	542.299	308.945
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.447.453	3.241.524	3.683.776
3.06	Resultado Financeiro	541.383	912.901	1.645.269
3.06.01	Receitas Financeiras	1.059.192	1.349.435	2.475.417
3.06.01.01	Receitas Financeiras	32.449	138.422	251.498
3.06.01.02	Resultado com aquisição de recebíveis e FIDC	1.009.654	1.475.451	2.246.913
3.06.01.03	Variação cambial, Líquida	17.089	-264.438	-22.994
3.06.02	Despesas Financeiras	-517.809	-436.534	-830.148
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-517.809	-436.534	-830.148
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.988.836	4.154.425	5.329.045
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-408.685	-1.014.322	-1.474.238
3.08.01	Corrente	-395.756	-1.039.264	-1.492.624
3.08.02	Diferido	-12.929	24.942	18.386
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.580.151	3.140.103	3.854.807
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.580.151	3.140.103	3.854.807
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,58250	1,15690	1,42088

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,58166	1,15575	1,41945

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	1.580.151	3.140.103	3.854.807
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-46.906	-89.397	-13.592
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-30.123	-89.397	-13.592
4.02.04	Benefícios Pós Emprego	-16.783	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.533.245	3.050.706	3.841.215

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	393.787	-90.034	3.876.872
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.922.291	2.869.261	4.126.671
6.01.01.01	Lucro antes do IR e da CS	1.988.836	4.154.425	5.329.045
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	351.280	402.369	440.516
6.01.01.03	Constituição de provisão para perdas com imobilizado	7.962	2.454	-16.832
6.01.01.04	Custo residual de imobilizado e intangível baixados	18.293	15.550	34.060
6.01.01.05	Opções de ações outorgadas	11.612	24.062	24.025
6.01.01.09	Perdas com créditos incobráveis e fraude	306.772	246.600	180.247
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	86.314	44.372	105.857
6.01.01.12	Juros sobre empréstimos e financiamentos	421.645	398.322	683.508
6.01.01.13	Variação Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	54.970	468.623	99.026
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-260.758	-542.299	-308.945
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-20.401	36.227	-77.130
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-1.058.892	-2.382.686	-2.366.706
6.01.01.18	Amortização de custos de emissão de dívidas	14.658	1.242	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-748.421	-1.473.833	2.242.725
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-10.399.621	2.874.797	-4.606.805
6.01.02.02	Contas a receber com partes relacionadas	-104.322	-11.047	-6.749
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-64.861	131.081	0
6.01.02.04	Outros Valores a receber (circulante e não circulante)	-32.059	-21.590	59.933
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	37.602	-14.151	-95.683
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	9.926.867	-4.499.000	-2.294.667
6.01.02.10	Contas a Pagar com partes relacionadas	480.692	131.699	9.272.580
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante e Não Circulantes)	131.005	-42.471	-82.356
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-34.672	-14.125	-15.650
6.01.02.14	Impostos e Contribuições a Recolher	-689.052	-9.026	12.122
6.01.03	Outros	-780.083	-1.485.462	-2.492.524
6.01.03.02	Juros Pagos	-441.540	-441.260	-807.920
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-338.543	-1.044.202	-1.684.604

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-172.567	2.361.825	3.462.079
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e coligada"	0	-135.000	0
6.02.02	Aquisição de cotas de FIDC	-5.654.551	0	-12.900.174
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	5.999.492	2.489.765	16.281.142
6.02.04	Dividendos recebidos de Controladas	533.386	514.054	512.337
6.02.05	Adições ao imobilizado e intangível, Líquido da Provisão	-800.894	-488.880	-431.226
6.02.06	Adiantamento para futuro aumento de capital	-250.000	-18.114	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-157.484	-6.053.648	-3.459.733
6.03.01	Aquisição de Ações em tesouraria	-22.829	-20.127	0
6.03.02	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	8.047	25.574
6.03.03	Captação de Empréstimos	18.550.855	1.000.000	1.165.144
6.03.04	Pagamento de principal de empréstimos	-17.182.343	-3.039.583	-2.687.808
6.03.06	Dividendos e Juros s/ Capital Próprio Pagos	-1.503.167	-4.001.985	-1.962.643
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	63.736	-3.781.857	3.879.218
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.664	3.909.521	30.303
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	191.400	127.664	3.909.521

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2019 À 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-11.217	-1.418.944	0	0	-1.430.161
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-22.829	0	0	0	-22.829
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	11.612	0	0	0	11.612
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-933.668	0	0	-933.668
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-404.000	0	0	-404.000
5.04.17	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-81.276	0	0	-81.276
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	1.580.151	0	-46.906	1.533.245
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	1.580.151	0	0	1.580.151
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-46.906	-46.906
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-30.123	-30.123
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-16.783	-16.783
5.07	Saldos Finais	5.700.000	9.460	3.745.178	0	12.716	9.467.354

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2018 À 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000.000	11.982	-4.849.285	0	0	-3.837.303
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000.000	0	-1.000.000	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-20.127	0	0	0	-20.127
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	24.062	0	0	0	24.062
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	0	8.047	0	0	0	8.047
5.04.11	Dividendos Adicionais aos Mínimos Obrigatórios Pagos	0	0	-2.292.512	0	0	-2.292.512
5.04.12	Dividendos Propostos Pagos	0	0	-216.773	0	0	-216.773
5.04.13	Juros sobre Capital Próprio Pagos	0	0	-465.000	0	0	-465.000
5.04.15	Dividendos adicionais propostos	0	0	-709.500	0	0	-709.500
5.04.17	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-165.500	0	0	-165.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.140.103	0	-89.397	3.050.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	3.140.103	0	0	3.140.103
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-89.397	-89.397
5.05.02.06	Variação Cambial sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-89.397	-89.397
5.07	SalDOS Finais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / Dmpl - 01/01/2017 À 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	3.500.000	-40.905	4.283.898	0	162.611	7.905.604
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	3.500.000	-40.905	4.283.898	0	162.611	7.905.604
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.200.000	49.600	-2.845.552	0	0	-1.595.952
5.04.01	Aumentos de Capital	1.200.000	0	-1.200.000	0	0	0
5.04.09	Opções de Ações Outorgadas	0	24.025	0	0	0	24.025
5.04.10	Venda de Ações em Tesouraria pelo Exercício de Ações e Opções de Ações	0	25.575	0	0	0	25.575
5.04.12	Dividendos Pagos	0	0	-1.002.052	0	0	-1.002.052
5.04.13	Juros sobre o Capital Próprio Pagos	0	0	-325.300	0	0	-325.300
5.04.17	Juros sobre o Capital Próprio Propostos	0	0	-318.200	0	0	-318.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	3.854.807	0	-13.592	3.841.215
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	3.854.807	0	0	3.854.807
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-13.592	-13.592
5.05.02.06	Variação Cambial Sobre Investimento Líquido no Exterior	0	0	0	0	-13.592	-13.592
5.07	SalDOS Finais	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	5.591.214	6.960.146	7.428.186
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.897.986	7.206.746	7.608.433
7.01.02	Outras Receitas	-306.772	-246.600	-180.247
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-306.772	-246.600	-180.247
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.985.625	-2.646.423	-2.383.618
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.139.223	-1.964.266	-1.829.832
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-775.633	-632.830	-538.568
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-16.041	-13.562	5.655
7.02.04	Outros	-54.728	-35.765	-20.873
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.605.589	4.313.723	5.044.568
7.04	Retenções	-351.280	-402.369	-440.516
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-351.280	-402.369	-440.516
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.254.309	3.911.354	4.604.052
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.319.950	1.970.454	2.905.422
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	260.758	542.299	308.945
7.06.02	Receitas Financeiras	1.059.192	1.428.155	2.596.477
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.574.259	5.881.808	7.509.474
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.574.259	5.881.808	7.509.474
7.08.01	Pessoal	405.218	390.924	389.291
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.061.250	1.915.471	2.436.364
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	527.640	435.310	829.012
7.08.03.03	Outras	527.640	435.310	829.012
7.08.03.03.01	Despesas com Juros e Aluguéis Incorridos	527.640	435.310	829.012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.580.151	3.140.103	3.854.807

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Consolidado”), referentes ao semestre e ao exercício findos em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e Parecer do Conselho Fiscal.

As Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Stelo (em setembro de 2018, houve a aquisição do controle da Stelo, por meio da controlada Aliança), Merchant e-Solutions (“Me-S”) e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais), foram reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

2019 foi um ano de mudanças para o Brasil e para o mercado de meios de pagamento. O crescimento do PIB, a queda da inflação para patamares historicamente baixos, possibilitando redução gradual da Taxa de Juros, e a retomada na geração de empregos foram condições viabilizadoras para o crescimento econômico, assim como para impulsionar as vendas do varejo.

A Cielo, preparada para um ambiente de crescente competição, fez importantes mudanças estruturais. A empresa se reestruturou com ênfase em três unidades de negócios concebidas seguindo a segmentação de clientes: Grandes Contas, Varejo e Empreendedores. Adicionalmente, a companhia implementou um novo modelo comercial, contratando mil hunters com o único objetivo de trazer novos clientes.

Como resultado dessas e outras medidas, crescemos de forma contínua nossos negócios, aumentando em 9% nosso volume capturado e em 18% a quantidade de clientes, atingindo a marca de 1,6 milhão de clientes. Promovemos melhorias de sistemas e processos que possibilitaram considerável melhora na satisfação da nossa base de clientes. Vivenciamos nosso recorde de transações por segundo durante a Black Friday, e totalizamos mais de 1,3 milhão de equipamentos vendidos. Fomos reconhecidos como a melhor e mais inovadora empresa do setor de serviços financeiros, além de ser a marca mais lembrada pelo público dentre as adquirentes.

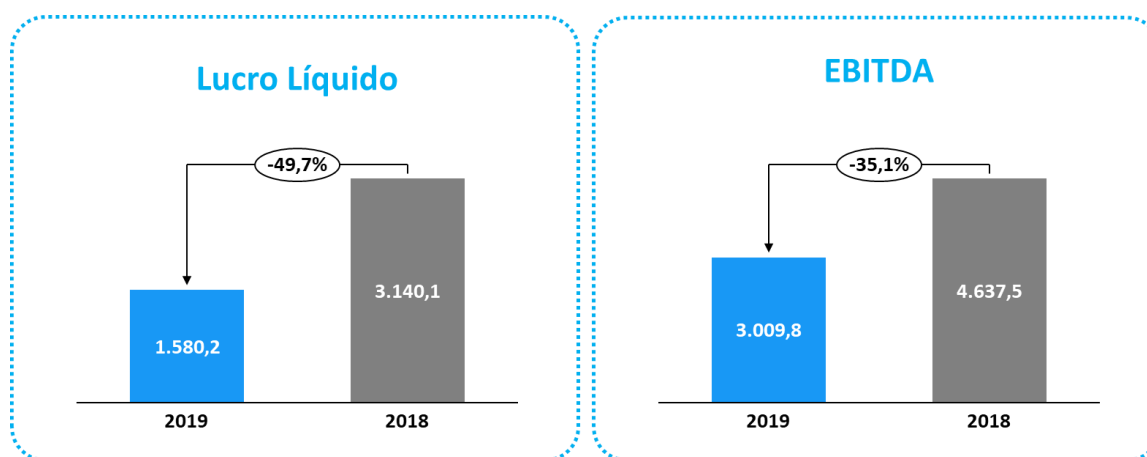
Terminamos 2019 convictos de que cumprimos nossa missão. Estamos preparados para 2020, ano em que a Cielo completa 25 anos de existência e liderança. Com a ajuda dos nossos mais de 3 mil colaboradores, nossa capilaridade e robustez tecnológica, a empresa seguirá firme em busca de seu propósito: simplificar e impulsionar negócios para todos.

DESTAQUES 2019

- Volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$683,1 bilhões, aumento de 9,0% em relação à 2018, ou R\$ 56,6 bilhões;
- Receita líquida consolidada totalizou R\$11.347,3 milhão, redução de 2,9% em relação à 2018, ou R\$338,5 milhões;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- Aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$1.123,0 milhões, representando uma redução de 26,7% em relação à 2018. O produto ARV atingiu 16,5% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no ano, aumento de 0,2 ponto percentual em relação à 2018;
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando os efeitos de equivalência patrimonial, totalizaram R\$9.418,4 milhões, aumento de 17,5% em relação à 2018, ou R\$1.402,8 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$1.580,2 milhões, redução de 49,7% em relação à 2018, ou R\$1.559,9 milhões; e
- EBITDA consolidado de R\$3.009,8 milhões, redução de 35,1% em relação à 2018, ou R\$1.627,6 milhões.



DESEMPENHO OPERACIONAL 2019

Volume Financeiro de Transações

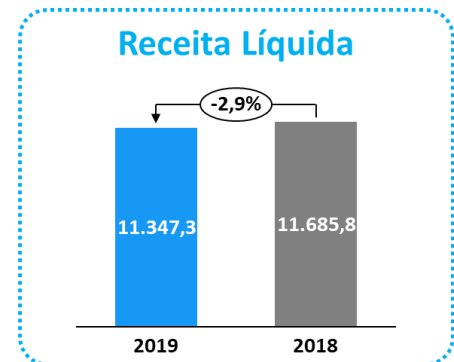
Evolução Anual

Em 2019, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$683,1 bilhões, representando um aumento de 9,0% em relação à 2018, ou R\$56,6 bilhões, em comparação aos R\$626,5 bilhões de 2018.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$411,6 bilhões em 2019, apresentando um aumento de 13,0% em relação à 2018.

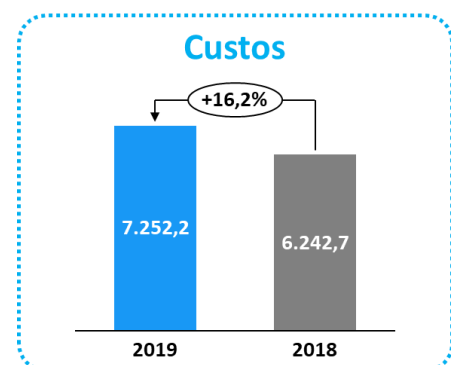
Com a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$271,6 bilhões em 2019, aumento de 3,6% em relação à 2018.

Adicionalmente, a Cielo capturou 7,1 bilhões de transações em 2019, um aumento de 2,9% em relação à 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho**DESEMPENHO FINANCEIRO 2019****COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018****Receita
Líquida****Evolução Anual**

A receita líquida consolidada totalizou R\$11.347,3 milhões em 2019, representando uma redução de R\$338,5 milhões ou 2,9%, quando comparada com R\$11.685,8 milhões de 2018.

A diminuição da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, bem como na receita de aluguel de equipamentos, devem-se substancialmente à pressão no preço médio decorrente do ambiente competitivo, efeitos parcialmente compensados pelo crescimento da receita relacionada ao produto pagamento em dois dias, pela expansão dos negócios na M4U, Stelo e Cateno, pela valorização do dólar sobre as receitas da operação americana (Merchant e-Solutions) e pelo início de consolidação da Stelo a partir do 4T18.

**Custos dos
Serviços
Prestados****Evolução Anual**

O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$7.252,2 milhões em 2019, representando um aumento de R\$1.009,5 milhões, ou 16,2% em comparação à 2018. O acréscimo decorre substancialmente dos seguintes eventos:

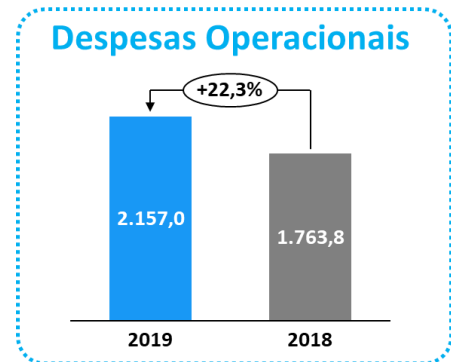
- (i) Aumento líquido de R\$ 247,3 milhões em **custos relacionados à transação na Cielo e Stelo**, correspondente substancialmente ao incremento nos gastos com remuneração das bandeiras e processamento de transações, decorrentes do aumento no volume capturado e quantidade de transações, respectivamente, e maiores gastos com centrais de atendimento, bem como da consolidação da Stelo a partir do 4T18, já líquidos do aumento de crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins) realizados durante o exercício de 2019;
- (ii) Os **custos vinculados aos equipamentos e outros da Cielo e da Stelo** tiveram aumento de R\$ 97,2 milhões, substancialmente devido à expansão dos negócios da Stelo, com impacto nos gastos com amortização de subsídio de terminais, bem como pelo aumento nos investimentos em projetos de TI, parcialmente compensado pela redução nos custos de depreciação devido à mudança na estimativa de vida útil dos equipamentos de captura de três para cinco anos e pela redução nos custos com manutenção de terminais, ambos na Controladora;

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

- (iii) Aumento líquido de R\$ 482,5 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, diretamente relacionado ao crescimento dos negócios na revenda de recarga de celular, em especial, na modalidade virtual;
- (iv) Aumento líquido de R\$ 94,7 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, na maior parte relacionado ao aumento nos gastos de remuneração de bandeiras e centrais de atendimento, devido ao aumento na volumetria no exercício; e
- (v) Aumento de R\$ 91,2 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana Merchant e-Solutions**, impacto principalmente pela apreciação do dólar médio no período.

Despesas Operacionais

Evolução Anual



As despesas operacionais totalizaram R\$2.157,0 milhões em 2019, apresentando um aumento de R\$393,2 milhões ou 22,3%, em relação à 2018. O aumento decorre substancialmente dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$145,5 milhões ou 25,5%, para R\$717,1 milhões em 2019, comparados com os R\$571,6 milhões em 2018. O aumento decorre substancialmente pela contratação de colaboradores para reforço do time comercial em 2019, do reajuste anual sobre salários e do programa de retenção de colaboradores e executivos, parcialmente compensados pelos menores gastos com plano de ações restritas (remuneração baseada em ações) no 4T19.

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$85,6 milhões ou 23,8%, para R\$445,9 milhões em 2019, comparadas com os R\$360,3 milhões de 2018. O acréscimo está substancialmente relacionado ao aumento nas despesas da controlada Merchant e-Solutions, incluindo o efeito da apreciação do dólar, bem como acréscimos nos gastos com serviços profissionais e despesas administrativas das controladas Cateno, M4U e Stelo (efeito da Stelo também impactado pelo início da consolidação a partir do 4T18).

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$21,6 milhões ou 4,2%, para R\$540,2 milhões em 2019, comparadas com os R\$518,6 milhões de 2018. O aumento decorre substancialmente da manutenção das campanhas de marketing e renovação da identidade visual da Sociedade, bem como ao aumento de ações comerciais junto a parceiros e bancos.

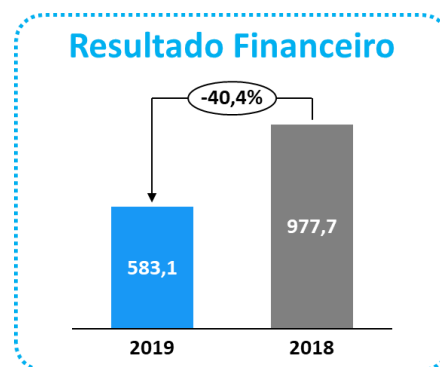
Outras despesas operacionais líquidas - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$140,5 milhões ou 43,6%, para R\$462,9 milhões em 2019, comparadas com os R\$322,5 milhões de 2018. O acréscimo está relacionado principalmente ao aumento na expectativa de perdas com créditos incobráveis e contestações a clientes, bem como incremento das provisões para riscos tributários.

Equivalência Patrimonial – A receita de equivalência patrimonial manteve-se estável em R\$9,2 milhões em 2019, comparadas com os R\$9,2 milhões de 2018.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Evolução Anual



O resultado financeiro totalizou R\$583,1 milhões em 2019, representando uma redução de 40,4% ou R\$394,6 milhões em relação à 2018, que obteve um resultado de R\$977,7 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$166,5 milhões ou 47,8%, para R\$181,8 milhões em 2019, comparadas com os R\$348,3 milhões de 2018. O decréscimo das receitas financeiras está substancialmente relacionado à redução do saldo médio aplicado, devido à utilização do caixa para fomento da operação de aquisição de recebíveis e do produto pagamento em dois dias, bem como pela redução da taxa média DI.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$99,8 milhões ou 15,6%, para R\$738,7 milhões em 2019, comparadas com os R\$638,9 milhões de 2018. O aumento está relacionado com o aumento do nível de endividamento, cujos recursos são alocados substancialmente no fomento das operações de aquisição de recebíveis e do produto pagamento em dois dias.

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, líquida dos tributos, totalizou R\$1.123,0 milhões em 2019, apresentando uma redução de R\$409,8 milhões ou 26,7%, quando comparada com os R\$1.532,8 milhões de 2018. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do *spread* e da taxa média DI, concomitante ao aumento na concentração de clientes do segmento Grandes Contas e à redução do ajuste *pro rata temporis* (menor apropriação de receitas performadas em períodos anteriores), parcialmente compensado pelo aumento do volume adquirido.

Variação cambial, líquida – A variação cambial, líquida, totalizou R\$17,1 milhões em 2019, apresentando uma variação de R\$281,5 milhões, quando comparada com os R\$264,4 milhões de perda de 2018. A variação decorreu preponderantemente da contratação de instrumentos financeiros para redução da exposição cambial em moeda estrangeira a partir de janeiro de 2019.

EBITDA

EBITDA

Evolução Anual

O EBITDA totalizou R\$3.009,8 milhões em 2019, representando uma redução de 35,1% em relação à 2018, ou R\$1.627,6 milhões, conforme demonstrado a seguir.

EBITDA (R\$ milhões)	2019	2018
Lucro Líquido Cielo	1.580,2	3.140,1
Outros acionistas que não a Cielo	205,7	217,5
Resultado Financeiro Líquido	(583,1)	(977,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social	735,4	1.299,5
Depreciação e Amortização	1.071,7	958,0
EBITDA	3.009,8	4.637,5
% Margem EBITDA	26,5%	39,7%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Companhia, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Companhia e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Companhia.

Importante destacar que, desde 2013, a Companhia instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado,

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Companhia, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros *ad hoc* do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) *a priori*, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 9 (nove) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Investimentos Sociais e Culturais, Fórum de Preços, Fórum de Projetos, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Companhia, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021 e, algumas práticas já começaram a ser implementadas, como, por exemplo, o Programa de Diversidade, que foi estruturado no 2º semestre de 2019. Tal programa conta com 4 grupos de afinidades (Etnia, LGBTQI+, Gênero e PCDs) e visam promover a acessibilidade e equidade em todas as relações. Outro resultado já alcançado decorrente do Planejamento Estratégico foi a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) NBR ISO14.001 para sede da Cielo.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em abril de 2019, o Relatório de Sustentabilidade 2018, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, integra, pelo sexto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Em 2019, a Companhia integrou, pelo quarto ano consecutivo, a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), na categoria World (com vigência até setembro de 2020). Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante 2019, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2019, que consiste na asseguuração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2018 e asseguuração razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação foi de R\$ 266,6 mil e representa cerca de 10,8% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2019 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Orizon, e Fundos de Investimentos (FIDC’s).

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP

Em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) nº 3.853/10 e Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil (“BACEN”), a Sociedade optou por elaborar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais, uma vez que os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Disponibilidades	4	59.863	36.880	231.817	433.961
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	-	256.108	236.173
Títulos e valores mobiliários e inst. financeiros derivativos	6	8.065.191	7.261.906	2.767.512	2.232.912
Outros créditos		72.810.916	62.266.504	74.189.077	63.501.559
Rendas a receber	7	284.638	372.148	875.676	885.015
Contas a receber de emissores		71.864.873	61.618.543	72.192.036	62.219.320
Contas a receber com partes relacionadas	27	196.893	19.457	-	-
Créditos tributários	8	306.813	323.379	400.491	90.166
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		130.527	59.610	489.037	392.975
Outros		273.120	53.344	495.337	102.904
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(245.948)	(179.977)	(263.500)	(188.821)
Outros valores e bens		85.635	55.576	100.853	63.433
Total do ativo circulante		81.021.605	69.618.866	77.545.367	66.468.038
Realizável a longo prazo					
Outros créditos		2.214.713	2.235.128	2.357.567	2.691.214
Devedores por depósitos em garantia	14	1.586.621	1.624.223	1.596.454	1.637.377
Créditos tributários	8	601.178	590.668	732.196	1.033.367
Outros		26.914	20.237	28.917	20.470
Outros valores e bens		87	87	87	1.356
Permanente					
Investimentos	9	8.887.796	8.959.143	126.229	119.055
Imobilizado de uso	10	830.152	523.853	892.248	580.794
Intangível	11	562.734	420.389	10.970.756	11.247.278
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		12.495.482	12.138.600	14.346.887	14.639.697
Total do ativo		93.517.087	81.757.466	91.892.254	81.107.735
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Obrigações por empréstimos	12	917.685	1.032.941	918.337	1.033.618
Instrumentos financeiros derivativos	6	47.513	75.692	47.513	75.692
Outras obrigações		73.568.211	63.553.441	67.436.988	56.076.857
Sociais e estatutárias	15 e 22	152.385	207.103	202.953	242.626
Fiscais e previdenciárias	8	104.375	339.720	554.265	796.244
Contas a pagar a estabelecimentos	13	62.805.144	52.878.277	63.413.961	53.631.587
Obrigações com cotas senior FIDC	6	-	-	2.000.351	-
Contas a pagar com partes relacionadas	27	9.906.443	9.425.751	-	-
Outras		599.864	702.590	1.265.458	1.406.400
Total do passivo circulante		74.533.409	64.662.074	68.402.838	57.186.167
Exigível a longo prazo					
Obrigações por empréstimos	12	6.799.128	5.265.627	8.327.298	6.829.359
Outras obrigações		2.717.196	2.465.495	2.022.439	4.061.935
Imposto e contribuições diferidos	8	-	-	70.747	115.246
Provisões para contingências	14	1.806.874	1.755.232	1.833.071	1.782.197
Obrigações com cotas senior FIDC	6	-	-	-	2.000.507
Provisão para obrigações com investidas	9	861.815	682.738	118.570	163.965
Outras		48.507	27.525	-	20
Total do passivo exigível a longo prazo		9.516.324	7.731.122	10.349.737	10.891.294
Patrimônio líquido					
Capital social	15	5.700.000	5.700.000	5.700.000	5.700.000
Reservas de capital	15	65.658	71.255	65.658	71.255
Reservas de lucros	15	3.745.178	3.583.971	3.745.178	3.583.971
Ajustes de avaliação patrimonial	15	12.716	59.622	12.716	59.622
(-) Ações em tesouraria	15	(56.198)	(50.578)	(56.198)	(50.578)
Atribuído a:					
Acionistas controladores		9.467.354	9.364.270	9.467.354	9.364.270
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	3.672.325	3.666.004
Total do patrimônio líquido		9.467.354	9.364.270	13.139.679	13.030.274
Total do passivo e patrimônio líquido		93.517.087	81.757.466	91.892.254	81.107.735

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos resultados

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora			Consolidado	
		2º Semestre/19	Exercício/19	Exercício/18	Exercício/19	Exercício/18
RECEITA LÍQUIDA	17	2.544.607	5.300.680	6.450.408	11.347.305	11.685.849
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(1.381.100)	(2.637.562)	(2.506.458)	(7.252.208)	(6.242.672)
LUCRO BRUTO		1.163.507	2.663.118	3.943.950	4.095.097	5.443.177
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS						
Pessoal	18	(124.502)	(289.046)	(272.118)	(717.126)	(571.626)
Gerais e administrativas	18	(268.813)	(508.868)	(393.661)	(445.928)	(360.325)
Vendas e marketing	18	(171.536)	(300.968)	(283.019)	(540.200)	(518.559)
Equivalência patrimonial	9	139.003	260.758	542.299	9.206	9.199
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(193.829)	(377.541)	(295.927)	(462.926)	(322.456)
LUCRO OPERACIONAL		543.830	1.447.453	3.241.524	1.938.123	3.679.410
RESULTADO FINANCEIRO						
Receitas financeiras	25	16.879	32.449	138.422	181.785	348.252
Despesas financeiras	25	(295.585)	(517.809)	(436.534)	(738.738)	(638.904)
Rendimento FIDCs / Aquisição de recebíveis	25	475.162	1.009.654	1.475.451	1.123.014	1.532.787
Variação cambial, líquida	25	(11.991)	17.089	(264.438)	17.057	(264.422)
		184.465	541.383	912.901	583.118	977.713
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		728.295	1.988.836	4.154.425	2.521.241	4.657.123
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL						
Correntes	8	(113.292)	(395.756)	(1.039.264)	(779.151)	(1.394.404)
Diferidos	8	(14.535)	(12.929)	24.942	43.792	94.907
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		600.468	1.580.151	3.140.103	1.785.882	3.357.626
ATRIBUÍDO A						
Acionistas controladores					1.580.151	3.140.103
Outros acionistas que não a Cielo					205.731	217.523
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	0,22109	0,58250	1,15690	0,58250	1,15690
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	0,22077	0,58166	1,15575	0,58166	1,15575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2º Semestre/19	Exercício/19	Exercício/19	Exercício/18
Lucro líquido do exercício	600.468	1.580.151	1.785.882	3.357.626
Resultados abrangentes				
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(37.911)	(30.123)	(30.123)	(89.397)
Benefício pós-emprego	(11.226)	(16.783)	(16.783)	-
Movimentações do período	(49.137)	(46.906)	(46.906)	(89.397)
Resultado abrangente total do período	551.331	1.533.245	1.738.976	3.268.229
Atribuído a:				
Acionistas controladores			1.533.245	3.050.706
Outros acionistas que não a Cielo			205.731	217.523

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros						Ajustes de avaliação patrimonial	Total da participação dos acionistas controladores	Participação de outros acionistas que não a Cielo	Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Reserva tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais				
Saldos em 01 de janeiro de 2018	4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	1.058.785	149.019	10.150.867	3.659.593	13.810.460
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	-	-	(1.000.000)	-	-	-	-	-
Ações restritas outorgadas	-	24.062	(20.127)	-	-	-	-	(20.127)	-	(20.127)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de ações	-	(15.427)	23.474	-	-	-	-	24.062	-	24.062
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	8.047	-	8.047
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	3.140.103	217.526	3.357.629
Reserva legal	-	-	-	157.005	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(157.005)	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	(165.500)	-	(165.500)
Dividendos propostos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(465.000)	-	(465.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(216.773)	-	(216.773)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório pago	-	-	-	-	-	(349.285)	-	(709.500)	-	(709.500)
Destinação reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	-	-	-	(1.943.227)	-	(2.292.512)
Ajustes de avaliação patrimonial:	-	-	-	-	(516.902)	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	(89.397)	(89.397)	(211.115)	(89.397)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	59.622	9.364.270	3.666.004	13.030.274
Saldos em 01 de julho de 2019	5.700.000	79.292	(55.201)	1.098.729	2.247.359	-	61.853	9.132.032	3.659.100	12.791.132
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(11.071)	-	-	-	-	(11.071)	-	(11.071)
Ações restritas outorgadas	-	(3.560)	-	-	-	-	-	(3.560)	-	(3.560)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de ações	-	(10.074)	10.074	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	600.467	115.669	716.136
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	30.024	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(30.024)	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	(81.276)	-	(81.276)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	-	-	(120.101)	-	(120.101)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	369.066	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(37.911)	(37.911)	-	(37.911)
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	(11.226)	(11.226)	-	(11.226)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(102.444)	(102.444)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.700.000	65.658	(56.198)	1.128.753	2.616.435	-	12.716	9.467.354	3.672.325	13.139.679
Saldos em 01 de janeiro de 2019	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	59.622	9.364.270	3.666.004	13.030.274
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(22.829)	-	-	-	-	(22.829)	-	(22.829)
Ações restritas outorgadas	-	11.612	-	-	-	-	-	11.612	-	11.612
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opções de ações	-	(17.209)	17.209	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.580.151	205.731	1.785.882
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	79.008	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(79.008)	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	(81.276)	-	(81.276)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(709.500)	-	(404.000)	-	(404.000)
Reserva de orçamento de capital	-	-	-	-	791.699	-	-	(933.668)	-	(933.668)
Ajustes de avaliação patrimonial:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	(30.123)	(30.123)	-	(30.123)
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	(16.783)	(16.783)	-	(16.783)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	(199.410)	(199.410)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.700.000	65.658	(56.198)	1.128.753	2.616.435	-	12.716	9.467.354	3.672.325	13.139.679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de reais)

Nota	Controladora			Consolidado	
	2º Semestre/19	Exercício/19	Exercício/18	Exercício/19	Exercício/18
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	728.294	1.988.836	4.154.425	2.521.241	4.657.123
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	195.076	351.280	402.369	1.071.698
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado		(19.612)	7.962	2.454	7.962
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	10 e 11	14.887	18.293	15.550	30.441
Opções de ações outorgadas	24	(3.560)	11.612	24.062	11.612
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	171.477	306.772	246.600	375.983
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	24.683	86.314	44.372	86.263
Resultado com instrumentos financeiros	6	(92.324)	(20.401)	36.227	(20.401)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	229.047	421.645	398.322	481.558
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	88.118	54.970	468.623	121.829
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	14.658	14.658	1.242	14.658
Equivalência patrimonial	9	(139.003)	(260.758)	(542.299)	(9.206)
Rendimento de participação no FIDC		(575.289)	(1.058.892)	(2.382.686)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber operacionais		(4.171.939)	(10.399.621)	2.874.797	(10.264.681)
Contas a receber com partes relacionadas		(23.027)	(104.322)	(11.047)	-
Impostos antecipados e a recuperar		(27.996)	(64.861)	131.081	(100.366)
Outros valores a receber		(26.241)	(32.059)	(21.590)	(36.151)
Depósitos judiciais	14.b)	39.962	37.602	(14.151)	40.923
Outros		(211.902)	(226.042)	(26.394)	(396.241)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a pagar a estabelecimentos		5.992.613	9.926.867	(4.499.000)	9.782.374
Impostos e contribuições a recolher		(224.504)	(689.052)	(9.026)	(802.026)
Contas a pagar com partes relacionadas		(880.123)	480.692	131.699	-
Outras obrigações		269.941	357.047	(16.077)	556.173
Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	(27.482)	(34.672)	(14.125)	(35.389)
Caixa proveniente das operações		1.345.754	1.173.870	1.395.428	3.438.254
Juros pagos	12	(235.729)	(441.540)	(441.260)	(503.536)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(68.521)	(338.543)	(1.044.202)	(998.993)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		1.041.504	393.787	(90.034)	1.935.725
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controladas, controladas em conjunto e coligada	9	-	-	(135.000)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(250.000)	(250.000)	(18.114)	-
Aquisição de Participação em Controladas		-	-	-	(67.319)
Aquisição de cotas de FIDC		(2.138.301)	(5.654.551)	-	-
Resgate de cotas de FIDC		3.322.282	5.999.492	2.489.765	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	283.089	533.386	514.054	2.060
Adições ao imobilizado e intangível	10 e 11	(306.999)	(800.894)	(488.880)	(1.131.662)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento		910.071	(172.567)	2.361.825	(1.129.602)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(11.071)	(22.829)	(20.127)	(22.829)
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opção de ações		-	-	8.047	-
Captação de empréstimos	12	12.127.843	18.550.855	1.000.000	18.450.714
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(13.658.128)	(17.182.343)	(3.039.583)	(17.182.565)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(263.394)	(1.503.167)	(4.001.985)	(1.702.579)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(1.804.750)	(157.484)	(6.053.648)	(457.259)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa no exterior		-	-	-	(45.053)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		146.825	63.736	(3.781.857)	303.811
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final	4, 5 e 6	191.400	191.400	127.664	3.206.857
Saldo inicial	4, 5 e 6	44.575	127.664	3.909.521	2.903.046
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa		146.825	63.736	(3.781.857)	303.811

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2019 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora			Consolidado	
		2º Semestre/19	Exercício/19	Exercício/18	Exercício/19	Exercício/18
RECEITAS						
Vendas de serviços	17	2.830.322	5.897.986	7.206.746	12.497.853	12.907.475
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(171.477)	(306.772)	(246.600)	(375.983)	(275.326)
		2.658.845	5.591.214	6.960.146	12.121.870	12.632.149
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Gastos com serviços prestados		(1.107.339)	(2.139.223)	(1.964.266)	(6.177.481)	(5.301.209)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(428.701)	(775.633)	(632.830)	(757.781)	(603.962)
Outros gastos, líquidos		(24.169)	(54.728)	(35.765)	(70.902)	(33.617)
(Perda) recuperação na realização de ativos		1.818	(16.041)	(13.562)	(16.041)	(13.512)
		(1.558.391)	(2.985.625)	(2.646.423)	(7.022.205)	(5.952.300)
		1.100.454	2.605.589	4.313.723	5.099.665	6.679.849
VALOR ADICIONADO BRUTO						
Retenções						
Depreciações e amortizações	10 e 11	(195.076)	(351.280)	(402.369)	(1.071.698)	(958.040)
		905.378	2.254.309	3.911.354	4.027.967	5.721.809
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Equivalência patrimonial	9	139.003	260.758	542.299	9.206	9.199
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis, líquidas	25	460.631	1.059.192	1.428.155	1.321.867	1.700.013
		599.634	1.319.950	1.970.454	1.331.073	1.709.212
		1.505.012	3.574.259	5.881.808	5.359.040	7.431.021
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Pessoal e encargos		(141.775)	(326.054)	(324.508)	(758.060)	(631.914)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(37.982)	(79.164)	(66.416)	(118.105)	(93.260)
Impostos, taxas e contribuições		(417.671)	(1.061.250)	(1.915.471)	(1.966.019)	(2.708.373)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(307.117)	(527.640)	(435.310)	(184.391)	(589.713)
Dividendos e JCP pagos		(120.101)	(628.168)	(2.625.000)	(805.983)	(2.625.000)
Dividendos e JCP propostos		(81.276)	(81.276)	(875.000)	(81.276)	(875.000)
Retenção de lucros		(399.090)	(870.707)	359.897	(1.239.475)	309.765
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	-	(205.731)	(217.526)
		(1.505.012)	(3.574.259)	(5.881.808)	(5.359.040)	(7.431.021)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do período

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Sociedade:

- Em 11 de março de 2019, foram pagos os juros sobre o capital próprio (“JSCP”) no montante de R\$ 165.500 e os dividendos no montante de R\$ 709.500, referentes ao 4º trimestre de 2018;
- Em 24 de junho de 2019, foi realizada a 5ª emissão de debêntures públicas, no valor total de R\$ 3,0 bilhões, com vencimento em 2022;
- Em 26 de junho de 2019, foi concluído o processo de “Tender Offer” para recompra da parcela de 79,3% dos “Ten Years Bonds” emitidos pela Sociedade, no valor total de USD 372,9 milhões, e, em data subsequente, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo (Non Deliverable Forward - NDF) com a finalidade de proteger a oscilação cambial sobre o novo valor da dívida;
- Em 30 de agosto de 2019, houve a liquidação parcial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira (“operação 4.131”) no valor de US\$ 118.166. O saldo remanescente do empréstimo no valor de US\$ 121.000 (R\$ 504.328) foi renovado com vencimento para 27 de agosto de 2020. Em decorrência da renovação parcial, em 30 de agosto de 2019, foi contratada uma operação de instrumento financeiro derivativo (“Swap”) com o objetivo de proteger a operação das oscilações decorrentes de câmbio;
- Em 27 de junho, 27 de setembro e 18 de novembro de 2019, foram pagos os dividendos JSCP no montante total de R\$ 364.773, R\$ 143.294 e R\$ 120.100, referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2019, respectivamente;

Notas Explicativas

- Em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, foram aprovados os JSCP referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$57.100 e R\$ 24.176, respectivamente, totalizando R\$ 81.276, que serão pagos em 13 de fevereiro de 2020.

Eventos societários

Em 18 de janeiro de 2018, a Cielo S.A., por meio da sua controlada Aliança Pagamentos e Participações LTDA (“Aliança”), assinou o contrato de compra e venda com a Companhia Brasileira de Solução e Serviços (“CBSS”) para aquisição de 70% de participação no capital social da Stelo S.A (“Stelo”), passando a deter 100% do capital social da empresa. O valor de compra estabelecido foi de R\$ 87.492 apurado com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

No dia 14 de setembro de 2018, após a conclusão do processo de análise e aprovação da transação por parte dos órgãos reguladores, a operação foi efetivada por meio da realização do pagamento e da transferência do controle das ações em questão.

Conforme definido no contrato, o valor de compra foi atualizado pela variação da taxa CDI acumulada entre a data de assinatura e a efetiva data de conclusão da operação, sendo liquidado pelo montante de R\$ 91.163.

Dentro de 60 dias contados a partir da data de fechamento (14 de setembro de 2018) da aquisição, foi levantado um balanço patrimonial de referência para definição dos montantes a serem reconhecidos da operação, assim como, para apuração do valor final de compra, líquido dos ajustes previstos em contrato (dívida líquida e capital de giro).

Desta forma, o valor de referência da compra, apurado com base no balanço patrimonial levantado em 14 de setembro de 2018, foi de R\$ 67.320, resultando em uma compra vantajosa no montante de R\$ 18.200, reconhecida no resultado da controlada Aliança.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), denominadas em conjunto “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 27 de janeiro de 2020.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos, redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o

Notas Explicativas

juízo da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em ajustes de avaliação patrimonial e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal

Notas Explicativas

e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

2.6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7 Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os títulos e valores

Notas Explicativas

mobiliários perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, é imediatamente reportado na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.9 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de estabelecimentos

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

Notas Explicativas

b) Contas a pagar a estabelecimentos

Contas a pagar a estabelecimentos

Obrigações de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas pela Me-S

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.10 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil

Notas Explicativas

estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 Ágio

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, empresas coligadas e controladas em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.15 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das

Notas Explicativas

demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.16 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.17 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.18 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.19 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo

Notas Explicativas

na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

3 Informações consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FICs), foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação aos FIDCs, a Sociedade consolida as suas informações contábeis por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade dos FIDCs estão vinculadas às quotas mantidas pela Sociedade. No processo de consolidação dos FIDCs, foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Sociedade e os FIDCs.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2019, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/12/2019	31/12/2018	
Participação direta em controladas e fundos:			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet

Notas Explicativas

Aliança Pagamentos e Participações Ltda. ("Aliança")	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island ("Cielo Cayman")	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A empresa se encontra em processo de encerramento.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo ("FIDC")	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	79,59	78,19	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundos de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FICs")	100,00	100,00	Fundos destinados à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados abaixo e por aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos (exceto FIDCs que é contabilizado em TVM) e certificados de depósitos bancários ("CDB") apresentados nas notas 5 e 6.

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional	35.236	25.574	21.683	30.914
Em moeda estrangeira	24.627	11.306	210.134	403.047
Total	59.863	36.880	231.817	433.961

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não possuía saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez.

	Consolidado		
	0 - 30	Total em 31/12/2019	Total em 31/12/2018
Aplicações no mercado aberto			
Debêntures compromissadas	268	268	63.545
Aplicações em moeda estrangeira	255.840	255.840	172.628
Total	256.108	256.108	236.173

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é composto pelos saldos apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo:				
Títulos e valores mobiliários	8.016.611	7.261.906	2.718.932	2.232.912
Instrumentos financeiros derivativos	48.580	-	48.580	-
Total	8.065.191	7.261.906	2.767.512	2.232.912
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	47.513	75.692	47.513	75.692
Total	47.513	75.692	47.513	75.692

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

	Controladora						31/12/2018	
	31/12/2019				Total		Total	
	Faixa de vencimento				Valor de Mercado (*)		Valor de Mercado	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de Custo (*)		Valor de Custo	
Disponível para Venda								
Títulos públicos								
Cotas de fundos de investimento - FIDC	-	-	-	7.885.074	7.885.074	7.885.074	7.171.122	7.171.122
Mantidos para Negociação								
Títulos privados								
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	121.194	121.194	121.194	82.300	82.300
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	-	-	9.364	9.364	9.364	8.484	8.484
Outros	-	979	-	-	979	979	-	-
Total	-	979	-	8.015.632	8.016.611	8.016.611	7.261.906	7.261.906

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/12/2019				31/12/2018			
	Faixa de vencimento				Total		Total	
	0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantidos para Negociação								
Títulos públicos								
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	33.007	33.007	33.007	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	81.264	81.264	81.264	-	-
Mantidos para Negociação								
Títulos privados								
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	1.941.649	1.941.649	1.941.649	1.882.672	1.882.672
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	125.350	-	9.364	134.714	134.714	269.120	269.120
Outros	-	979	-	527.319	528.298	528.298	81.120	81.120
Total	-	126.329	-	2.592.603	2.718.932	2.718.932	2.232.912	2.232.912

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

b. Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC)

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de julho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Objetivo dos fundos

O FIDC e o FIDC Plus têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, transações de crédito operacionalizadas no sistema de adquirência Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Outras informações

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são pagos mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas sênior o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “pro rata temporis”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

Estrutura e composição dos fundos

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de terceiros
FIDC - Exclusivo	57.285	81.830	81.830	-
FIDC Plus	15.629.734	9.803.595	7.803.244	2.000.351
Sênior	4.000.000	4.000.703	2.000.352	2.000.351
Subordinada	11.129.734	5.302.798	5.302.798	-
Mezanino	500.000	500.094	500.094	-
Total	15.687.019	9.885.425	7.885.074	2.000.351

Os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão assim demonstrados:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	82.047	217	81.830	1.385	215	1.170
FIDC Plus	9.805.299	1.704	9.803.595	9.199.494	29.035	9.170.459
Total	9.887.346	1.921	9.885.425	9.200.879	29.250	9.171.629

As demonstrações de resultado dos fundos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são apresentadas a seguir:

	31/12/2019			31/12/2018		
	FIDC	FIDC Plus	Total	FIDC	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	9.380	1.162.264	1.171.644	20.469	1.584.244	1.604.713
Receita financeira	159	13.170	13.329	2.985	71.200	74.185
Outras despesas operacionais	(5.130)	(1.299)	(6.429)	(1.527)	(1.469)	(2.996)
Lucro do exercício	4.409	1.174.135	1.178.544	21.927	1.653.975	1.675.902

c. Operações de “Hedge”**“Hedge” de risco de mercado**

A Sociedade, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166, equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado parcialmente em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para o qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Assim, em 31 de dezembro de 2019 a Sociedade permanece somente com a ponta passiva do “swap”, que possui valor “nacional” em Reais no montante de R\$ 504.328, remunerados à 104,15% da taxa média diária do certificado de depósito interbancário (CDI).

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumentos derivativos, a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da

Notas Explicativas

mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “*hedge*” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição do contrato de “*swap*” refletia um valor justo a pagar de R\$ 13.480 (R\$ 75.692 a pagar em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrado abaixo:

31/12/2019						31/12/2018
Valorização						Valor justo (Mercado)
Vencimento da Operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM Ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	32.080	(2.178)	1.953	(45.335)	(13.480)
						(75.692)

Em 31 de dezembro de 2019, a relação de “*hedge*” estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “*hedge*” foi registrada.

“*Non Deliverable Forward - NDF*”

A Sociedade, em 07 de janeiro de 2019, realizou a contratação de instrumento financeiro (termo de moedas – “*NDF*”) para a proteção da oscilação de moeda estrangeira na operação de empréstimo (“*Bonds*”) em dólares americanos no valor de USD 475.000, liquidado em 01 de julho de 2019.

Em 28 de junho de 2019, a Sociedade contratou dois novos instrumentos “*NDF*” no valor “nocional” de US\$ 53.000 cada, totalizando US\$ 107.000, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 e vencimento em 02 de janeiro de 2020, com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “*Bonds*”.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição dos instrumentos “*NDF*” refletiam um valor justo a receber de R\$ 14.547, conforme demonstrado abaixo:

31/12/2019					31/12/2018
Valorização					Valor justo (Mercado)
Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta ativa	Ponta passiva	Ajuste MTM	Valor a receber
02/01/2020	445.591	14.547	-	-	14.547
					-

Em 20 de dezembro de 2019, houve a contratação de nova operação de derivativo na modalidade “*NDF – Non-Deliverable Forward*” com início efetivo em 02 de janeiro de 2020, em caráter de proteção à variação cambial sobre os *Bonds*, no montante de USD 98 milhões, com vencimento

Notas Explicativas

em 01 de julho de 2020, em substituição à operação anterior, liquidada em 02 de janeiro de 2020.

7 Outros Créditos – Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Rendas a receber de transações de pagamentos	284.638	372.148	875.676	885.015
Contas a receber de emissores	71.864.873	61.618.543	72.192.036	62.219.320
Contas a receber de emissores (a)	71.758.516	61.548.307	71.758.516	61.548.219
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	48.099	36.843	48.099	36.843
Trava de domicílio bancário (c)	39.050	9.832	39.050	9.832
Valores a receber de transações financeiras processadas (d)	-	-	169.652	436.847
Valores a receber de intercâmbio de clientes (e)	-	-	157.511	163.845
Outros	19.208	23.561	19.208	23.734
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 27)	196.893	19.457	-	-
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14b)	1.586.621	1.624.223	1.596.454	1.637.377
Créditos tributários (Nota 8b)	907.991	914.047	1.132.687	1.123.533
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	130.527	59.610	489.037	392.975
Outros	300.034	73.581	524.254	123.374
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (f)	(245.948)	(179.977)	(263.500)	(188.821)
Total	75.025.629	64.501.632	76.546.644	66.192.773
Circulante	72.810.916	62.266.504	74.189.077	63.501.559
Realizável a longo prazo	2.214.713	2.235.128	2.357.567	2.691.214
Total	75.025.629	64.501.632	76.546.644	66.192.773

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já liquidados das antecipações com bancos emissores. Em dezembro de 2019, foi realizada uma operação de cessão de recebíveis de transações de cartões capturadas pela Sociedade, sem direito de regresso e sem co-obrigação. Foram cedidos ao Banco Bradesco R\$ 2.000.000 em recebíveis a uma taxa média de 109,84% do CDI. O saldo de contas a receber de emissores está apresentado líquido dos valores cedidos.
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) A Sociedade oferece aos bancos domicílio o serviço de trava de domicílio bancário (mediante autorização prévia do estabelecimento comercial) para bloquear qualquer transferência de recebíveis do estabelecimento para outro banco. O valor a receber decorrente da prestação do serviço pela Sociedade é liquidado no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (d) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (e) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (f) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes das operações realizadas com estabelecimentos comerciais, constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	Exercício/19	Exercício/18	Exercício/19	Exercício/18
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.988.836	4.154.425	2.521.241	4.657.123
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(676.204)	(1.412.505)	(857.222)	(1.583.422)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	164.994	214.370	164.994	214.370
Benefício fiscal de P&D	10.928	16.130	10.928	16.130
Equivalência patrimonial	88.658	184.382	3.130	3.128
Ágio na aquisição de investimentos	(5.890)	(8.835)	(5.890)	(8.835)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	8.829	(7.864)	(51.299)	59.132
Imposto de renda e contribuição social	(408.685)	(1.014.322)	(735.359)	(1.299.497)
Correntes	(395.756)	(1.039.264)	(779.151)	(1.394.404)
Diferidos	(12.929)	24.942	43.792	94.907

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 9.465 (R\$ 9.965 no consolidado) em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 31.223 (R\$ 41.563 no consolidado) em 31 de dezembro de 2018.

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo circulante e não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	601.178	590.668	607.779	597.234
Provisão para despesas diversas	206.154	249.925	326.979	364.747
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	-	-	93.678	89.955
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com créditos incobráveis e fraude	100.659	73.454	104.251	71.597
Total	907.991	914.047	1.132.687	1.123.533

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	225.598	81.215	306.813	290.021	294.479	106.012	400.491	378.572
Superior a 12 meses	442.042	159.136	601.178	568.275	538.379	193.817	732.196	692.122
Total	667.640	240.351	907.991	858.296	832.858	299.829	1.132.687	1.070.694

Conforme melhor estimativa da Administração, parte dos créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 306.813 (R\$ 400.491 no consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 601.178 (R\$ 732.196 no consolidado), será realizada em um prazo superior a

Notas Explicativas

12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 45,1% (41,3% do consolidado) das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S	6.220	7.667
Valor justo dos ativos intangíveis da Cielo USA	58.349	101.391
Passivo diferido sobre deságio (a)	6.188	6.188
Total	70.757	115.246

(a) Efeito fiscal diferido sobre o deságio gerado na aquisição de controle da Stelo, em setembro de 2018.

c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social, líquido de antecipações	66.314	275.322	440.182	660.024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	17.190	21.642	29.772	38.418
Imposto Sobre Serviços – ISS	4.522	26.184	48.270	66.176
Programa de Integração Social – PIS	3.496	4.714	12.953	7.406
Outros tributos a recolher	12.853	11.858	23.088	24.220
Total	104.375	339.720	554.265	796.244

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em controladas	8.761.567	8.822.765	-	-
Em controladas em conjunto e coligadas	126.229	119.055	126.229	119.055
Ágio na aquisição de investimentos	-	17.323	-	-
Total	8.887.796	8.959.143	126.229	119.055

Na consolidação das informações contábeis, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos, Me-S e Stelo, foram utilizadas as informações contábeis de 30 de novembro de 2019 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2019. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial se referem ao período de 12 meses findo em 30 de novembro de 2019.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“joint ventures”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

		31/12/2019				31/12/2019				
% de Participação						Lucro (Prej.) operacional antes do resultado financeiro			Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro bruto	Lucro líquido / (Prejuízo)				
Controladas:										
99,99	105.950	84.045	21.905	286.541	282.956	16.212	10.952	10.951	21.905	
91,44	154.665	90.867	63.798	1.088.170	58.322	34.758	27.969	25.575	59.745	
99,99	62.383	29.383	33.000	52.004	29.929	18.114	12.197	12.196	33.000	
100,00	825.540	1.687.306	(861.766)	-	(107.416)	(125.923)	(148.904)	(148.904)	-	
70,00	12.989.690	762.119	12.227.571	2.773.299	1.100.045	911.712	677.789	474.452	8.559.300	
99,99	289.726	202.109	87.617	5.426	5.515	(122.902)	(122.720)	(122.718)	87.617	
Subtotal								251.562	8.761.567	
Controladas em conjunto:										
40,95	355.641	33.031	322.610	149.774	50.805	16.243	22.550	9.234	126.229	
50,00	243	340	(97)	-	-	(56)	(56)	(28)	-	
Subtotal								9.206	126.229	
Total Controladora								260.758	8.887.796	
Controladas indiretas:										
91,44	208.749	181.632	27.117	126.011	70.232	27.939	18.747	17.142	24.796	
100,00	847.726	399.638	448.088	1.903.514	378.463	(29.456)	(15.505)	(15.505)	448.088	
100,00	579.385	294.759	284.626	181.536	(44.252)	(99.589)	(123.150)	(123.150)	284.626	
Controladas em conjunto indiretas:										
40,95	16.191	1.565	14.626	8.162	5.530	4.551	3.958	1.621	5.989	
40,95	11.292	9.195	2.097	6.040	976	162	689	282	859	

- (i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2019, a Cielo USA e a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Diversas.
- (iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Ourocard.

Notas Explicativas

31/12/2018										
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas líquidas	Lucro bruto	Lucro (Prej.) operacional antes do resultado financeiro	Lucro líquido / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do exercício	Investimento
Controladas:										
Servinet	99,99	103.619	64.223	39.396	173.550	170.910	9.721	7.502	7.502	39.396
Multidisplay (i)	91,44	112.645	48.321	64.324	579.224	28.688	27.798	26.361	24.105	60.226
Braspag	99,99	46.787	5.311	41.476	41.382	24.559	10.468	7.796	7.796	41.476
Cielo USA (ii)	100,00	983.063	1.665.801	(682.738)	-	(99.507)	(58.566)	(16.819)	(16.819)	-
Cateno (iv)	70,00	12.910.720	704.371	12.206.349	2.677.329	1.098.773	973.844	717.566	502.296	8.544.444
Aliança	99,99	162.168	24.945	137.223	4.675	4.734	14.645	8.743	8.743	137.222
Subtotal									533.623	8.822.764
Controladas em conjunto:										
Orizon (iii)	40,95	333.784	28.693	305.091	142.865	46.689	15.373	21.256	8.704	119.055
Paggo (ii)	50,00	299	340	(41)	-	-	22.344	(56)	(28)	-
Subtotal									8.676	119.055
Total Controladora										
									542.299	8.941.819
Controladas indiretas:										
M4Produtos	91,44	145.041	111.216	33.825	126.920	74.321	32.748	22.793	20.842	30.930
Me-S	100,00	1.347.694	848.644	499.050	1.853.108	411.335	31.777	40.942	40.942	499.050
Stelo	100,00	314.277	196.444	117.833	20.993	(3.525)	(42.228)	(28.250)	523	117.833
Controladas em conjunto indiretas:										
Prevsuúde	40,95	16.709	1.355	15.354	8.903	6.450	5.628	4.974	2.037	6.287
Guilher	40,95	13.341	11.933	1.408	7.144	430	(529)	430	176	577

- (i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, a Cielo USA e a Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações – Diversas.
- (iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Ourocard.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Investimento em 31 de dezembro de 2017	8.811.562	120.500
Constituição de provisão para obrigações com investidas (*)	10.320	(10.644)
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(27.446)	-
Catenio	(486.608)	-
Aporte de capital – Aliança	135.000	-
Resultado com equivalência patrimonial	542.299	9.199
Amortização de ágio	(25.984)	-
Investimento em 31 de dezembro de 2018	8.959.143	119.055
Constituição de provisão para obrigações com investidas (*)	148.934	28
Dividendos recebidos:		
Braspag	(20.673)	-
Multidisplay	(26.056)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Servinet	(25.000)	-
Catenio	(459.598)	-
Resultado com equivalência patrimonial	260.758	9.206
Amortização de ágio	(17.323)	-
Integralização de capital – Aliança	73.114	-
Outros efeitos no patrimônio líquido de controladas	(3.443)	-
Investimento em 31 de dezembro de 2019	8.887.796	126.229

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras obrigações – Provisões para obrigações com investidas.

10 Imobilizado

		Controladora			
		31/12/2019			31/12/2018
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações (a)	20	1.835.361	(1.105.789)	729.572	433.466
Equipamentos de processamento de dados	20	182.158	(121.843)	60.315	45.674
Máquinas e equipamentos	10 - 20	28.410	(23.811)	4.599	4.849
Instalações	10	48.899	(20.613)	28.286	32.555
Móveis e utensílios	10	11.152	(5.250)	5.902	7.309
Veículos	20	1.548	(70)	1.478	-
Total		2.107.528	(1.277.376)	830.152	523.853

		Consolidado			
		31/12/2019			31/12/2018
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.836.173	(1.106.226)	729.947	433.833
Equipamentos de processamento de dados	20	234.497	(165.538)	68.959	56.394
Máquinas e equipamentos	10 - 20	54.794	(38.790)	16.004	17.132
Instalações	10	108.332	(43.046)	65.286	60.994
Móveis e utensílios	10	20.345	(9.771)	10.574	12.441
Veículos	20	1.548	(70)	1.478	-
Total		2.255.689	(1.363.441)	892.248	580.794

- (a) **Mudança na taxa anual de depreciação de equipamentos de captura (de 33% para 20% a.a.)** – A partir de 2019, houve alteração na expectativa de vida útil para equipamentos de captura de transações de 3 para 5 anos. Após estudo realizado pela administração, a Sociedade constatou que os equipamentos que compõem seu parque instalado permanecem sendo utilizados, em média, 5 anos.

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2019
Equipamentos de captura de transações	433.466	484.427	(17.761)	(170.560)	729.572
Equipamentos de processamento de dados	45.674	36.720	(118)	(21.961)	60.315
Máquinas e equipamentos	4.849	2.025	(39)	(2.236)	4.599
Instalações	32.555	569	-	(4.838)	28.286
Móveis e utensílios	7.309	100	(354)	(1.153)	5.902
Veículos	-	1.548	-	(70)	1.478
Total	523.853	525.389	(18.272)	(200.818)	830.152

	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/12/2018
Total	463.595	352.656	(11.774)	(280.624)	523.853

	Consolidado					
	31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2019
Equipamentos de captura de transações	433.833	484.834	(17.881)	(170.830)	(9)	729.947
Equipamentos de processamento de dados	56.394	41.210	(125)	(28.854)	334	68.959
Máquinas e equipamentos	17.132	4.209	(262)	(5.477)	402	16.004
Instalações	60.994	14.802	(21)	(10.489)	-	65.286
Móveis e utensílios	12.441	536	(379)	(2.036)	12	10.574
Veículos	-	1.548	-	(70)	-	1.478
Total	580.794	547.139	(18.668)	(217.756)	739	892.248

	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/12/2018
Total	512.596	371.724	(11.941)	(294.919)	3.334	580.794

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 32.380 e R\$ 24.418, respectivamente.

11 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	5.974	28.583
Outros ativos intangíveis	562.734	420.389	10.964.782	11.218.695
Total	562.734	420.389	10.970.756	11.247.278

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Multidisplay (a)	5.974	25.799
Braspag (b)	-	2.784
Total	5.974	28.583

(a) **Aquisição de controle – Multidisplay:** Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, sendo que o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

(b) **Aquisição de controle – Braspag** - Em maio de 2011, por meio da até então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela

Notas Explicativas

sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$ 25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01. O benefício fiscal foi amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

A movimentação do saldo de ágios nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.668
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(3.101)
Amortização do ágio do período	(25.984)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.583
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(5.276)
Amortização do ágio do período	(17.323)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.974

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

		Controladora			
		31/12/2019			31/12/2018
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	996.660	(497.290)	499.370	420.262
Relacionamento com clientes	20	78.949	(15.585)	63.364	127
Total		1.075.609	(512.875)	562.734	420.389

		Consolidado			
		31/12/2019			31/12/2018
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(1.864.377)	9.707.623	10.093.356
Software (b)	6,66 - 20	1.589.544	(928.915)	660.629	675.508
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.015.981	(590.076)	425.905	257.251
Desenvolvimento de projetos (d)	20	306.788	(152.573)	154.215	157.978
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	173.691	(163.503)	10.188	25.480
Contratos de serviços (f)	8 - 20	31.935	(25.787)	6.148	9.048
Marcas (g)	10	74	-	74	74
Total		14.690.013	(3.725.231)	10.964.782	11.218.695

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagos do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.
- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “Income Approach” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “churn rate”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
 - **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “e-commerce”, “bank customer” e “B2B/Outros”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “Excess Earnings”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “e-commerce” e “bank customer” e 11% para “B2B/Outros”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

Notas Explicativas

- **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Sociedade e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“*with and without*”) foi calculado pela metodologia “*Income Approach*”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
 - **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “*With and Without*”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Contratos de serviços:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
 - **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “*Excess Earnings*”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (g) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliada pela metodologia “*Relief-from-Royalty*”, tendo como premissa a taxa de “*royalty*” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “*Royalty Source Intellectual Property Database*”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

Controladora						
	31/12/2018	Adições	(Baixas) / reversões	Amortizações		31/12/2019
Software	420.262	197.509	(21)	(118.380)		499.370
Relacionamento com clientes	127	77.996	-	(14.759)		63.364
Total	420.389	275.505	(21)	(133.139)		562.734
	31/12/2017	Adições	(Baixas) / reversões	Amortizações		31/12/2018
Total	383.702	136.224	(3.776)	(95.761)		420.389

Consolidado						
	31/12/2018	Adições	(Baixas) / reversões	Amortizações	Variação cambial	31/12/2019
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	10.093.356	-	-	(385.733)	-	9.707.623
Software	675.508	168.930	(744)	(180.767)	7.016	669.943
Relacionamento com clientes	257.251	382.432	-	(222.730)	8.952	425.905
Desenvolvimento de projetos	157.978	13.799	-	(28.797)	1.921	144.901
Acordo de não competição	25.480	-	-	(16.767)	1.475	10.188
Contratos de serviços	9.048	371	-	(1.825)	(1.446)	6.148
Marcas	74	-	-	-	-	74
Total	11.218.695	565.532	(744)	(836.619)	17.918	10.964.782
	31/12/2017	Adições	(Baixas) / reversões	Amortizações	Variação cambial	31/12/2018
Total	11.505.385	272.215	(19.799)	(637.126)	98.020	11.218.695

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures privadas (a)	3.402.483	3.414.717	3.402.483	3.414.717
Debêntures públicas (b)	2.978.983	-	2.878.841	-
Capital de giro (c)	350.064	-	350.064	-
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	389.450	1.824.423	2.018.414	3.388.832
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	483.420	925.379	483.420	925.379
Financiamento de P&D	112.413	134.049	112.413	134.049
Total	7.716.813	6.298.568	9.245.635	7.862.977
Circulante	917.685	1.032.941	918.337	1.033.618
Não circulante	6.799.128	5.265.627	8.327.298	6.829.359
Total	7.716.813	6.298.568	9.245.635	7.862.977

(a) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do DI, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

		Remuneração
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o "Comitê de Transição" ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Sociedade realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

(c) Capital de giro

A partir de março de 2019, a Sociedade iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo com taxas que variam entre 104,3% e 108,6% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) com prazo médio de 16 dias. No exercício findo em 31.12.2019, o saldo em aberto foi de R\$ 350 milhões.

(d) Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de "covenants" impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos "Bonds" da parcela emitida pela Sociedade, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) Operação 4.131

A Sociedade possui uma linha de crédito junto MUFG Bank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano podendo ser renovado em agosto de cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Sociedade contrata um Swap para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratado possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Os empréstimos obtidos junto ao MUFG Bank, LTD possuem "covenants" que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

Notas Explicativas

A Sociedade e suas controladas cumpriram o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224	9.245.353
Novas captações	1.000.000	1.000.000
Pagamento de principal	(3.039.583)	(3.039.583)
Variação cambial (principal e juros)	468.623	698.462
Ajuste de marcação a mercado (MtM)	1.491	1.491
Juros provisionados e encargos apropriados	396.831	454.987
Juros pagos	(441.260)	(498.975)
Amortização de custos de emissão de dívidas	1.242	1.242
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568	7.862.977
Novas captações	18.588.738	18.488.597
Pagamento de principal	(17.182.343)	(17.182.565)
Variação cambial (principal e juros)	54.970	121.829
Ajuste de marcação a mercado (MtM)	(1.863)	(1.863)
Juros provisionados e encargos apropriados	423.508	483.421
Juros pagos	(441.540)	(503.536)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(37.883)	(37.883)
Amortização de custos de emissão de dívidas	14.658	14.658
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.716.813	9.245.635

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de dezembro de 2019, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2021	22.556	22.556
2022	3.414.141	4.946.199
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	6.818.934	8.350.992
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(19.806)	(23.694)
Total	6.799.128	8.327.298

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a estabelecimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Contas a pagar a clientes (a)	62.805.144	52.878.277	63.086.626	52.878.277
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	201.943	607.416
Cauções de clientes (c)	-	-	125.392	145.894
Total	62.805.144	52.878.277	63.413.961	53.631.587

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Sociedade, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores.
- (b) Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.
- (c) A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos

Notas Explicativas

estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, como segue:

	Controladora					31/12/2019
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.615.018	67.978	-	8.224	-	1.691.220
Cíveis	40.783	35.778	(19.926)	4.205	(12.032)	48.808
Trabalhistas	99.431	16.557	(30.189)	3.687	(22.640)	66.846
Total	1.755.232	120.313	(50.115)	16.116	(34.672)	1.806.874

	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.623.633	73.813	(1.885)	8.223	-	1.703.784
Cíveis	42.075	36.552	(20.657)	4.232	(12.033)	50.169
Trabalhistas	116.489	18.952	(37.082)	4.114	(23.356)	79.117
Total	1.782.197	129.317	(59.624)	16.569	(35.389)	1.833.071

	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.623.633	73.813	(1.885)	8.223	-	1.703.784
Cíveis	42.075	36.552	(20.657)	4.232	(12.033)	50.169
Trabalhistas	116.489	18.952	(37.082)	4.114	(23.356)	79.117
Total	1.782.197	129.317	(59.624)	16.569	(35.389)	1.833.071

	Consolidado					31/12/2018
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	
Tributárias	1.623.633	73.813	(1.885)	8.223	-	1.703.784
Cíveis	42.075	36.552	(20.657)	4.232	(12.033)	50.169
Trabalhistas	116.489	18.952	(37.082)	4.114	(23.356)	79.117
Total	1.782.197	129.317	(59.624)	16.569	(35.389)	1.833.071

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivou a liquidação de 4.375 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 34.672.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e respectivos depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Provisão para Riscos Tributários – Principais processos	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
ISS (LC 157/16) (b)	20.732	19.744	26.073	19.744
PIS/COFINS sobre PIS/COFINS (c)	21.329	2.868	21.329	2.868
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (d)	18.408	17.398	18.408	17.398
ISS sobre PIS/COFINS (e)	13.702	8.587	13.702	8.587
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (f)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (g)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	81.967	31.339	89.190	39.954
Total	1.691.220	1.615.018	1.703.784	1.623.633

Depósitos judiciais - Principais processos tributários	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.069	19.923	25.120	23.356
Total	1.554.151	1.555.005	1.560.202	1.558.438

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- (b) **ISS (LC 157/16)** - Com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido, a partir de janeiro de 2018, no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, no entanto, a eficácia do 1º artigo da LC nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”). Diante da insegurança jurídica ocasionada pela Lei Complementar em questão no período de vigência, a Sociedade constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 20.732.
- (c) **PIS/COFINS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em outubro de 2018, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito decorrente da inclusão da contribuição ao PIS e à COFINS em suas respectivas bases de cálculo. A medida liminar foi deferida em novembro de 2018, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Sociedade vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 21.329.
- (d) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 18.408.
- (e) **ISS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em abril de 2017, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a exclusão do valor correspondente ao ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A medida liminar foi deferida em junho de 2017, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Sociedade vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 13.702.
- (f) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895.
- (g) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a Sociedade compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de dezembro de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045.

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir o recolhimento de PIS e Cofins à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 693.637. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que

Notas Explicativas

o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 48.808 na controladora e R\$ 50.169 no consolidado (R\$ 40.783 na controladora e R\$ 42.075 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), e o saldo de depósito judicial em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 4.104 na controladora e R\$ 4.164 no consolidado (R\$ 11.473 na controladora e R\$ 11.487 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2019, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2019, incluíam 709 ações trabalhistas contra a Sociedade e 76 contra as controladas, totalizando 785 ações (538 ações trabalhistas contra a Sociedade e 61 contra as controladas, totalizando 599 ações em 31 de dezembro de 2018). Dentre essas ações em 31 de dezembro de 2019, 246 foram movidas por ex-empregados (204 em 31 de dezembro de 2018) e as 539 restantes (395 em 31 de dezembro de 2018) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 66.846 na controladora e R\$ 79.117 no consolidado (R\$ 99.431 na controladora e R\$ 116.489 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 28.366 na controladora e R\$ 32.088 no consolidado (R\$ 57.745 na controladora e R\$ 67.452 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 58,7% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 41,3% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Perda possível

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade possui ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	140.052	139.617	192.463	149.268
Cíveis	221.007	206.592	228.879	207.633
Trabalhistas	55.293	91.575	69.545	107.839
Total	416.352	437.784	490.887	464.740

b. Depósitos judiciais

Nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Tributários	1.555.005	-	(854)	1.554.151
Cíveis	11.473	4.794	(12.163)	4.104
Trabalhistas	57.745	11.932	(41.311)	28.366
Total	1.624.223	16.726	(54.328)	1.586.621
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Total	1.610.072	14.269	(118)	1.624.223

	Consolidado			
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Tributários	1.558.438	2.618	(854)	1.560.202
Cíveis	11.487	4.840	(12.163)	4.164
Trabalhistas	67.452	22.436	(57.800)	32.088
Total	1.637.377	29.894	(70.817)	1.596.454
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Total	1.621.861	15.651	(135)	1.637.377

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2018) representado por 2.716.815.061 ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2019 é de 2.712.719.487 (2.714.233.626 ações em 31 de dezembro de 2018).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 65.658 (R\$ 71.255 em 31 de dezembro de 2018).

Notas Explicativas

c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 20 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou novos Planos de Recompra de Ações da Sociedade ("Planos"), mediante o qual a Sociedade poderá adquirir o total de até 2.170.000 (dois milhões e cento e setenta mil) de ações ordinárias, sendo que, no primeiro Plano poderão ser adquiridas até 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações ordinárias com prazo de vigência entre 1º de março de 2019 e 10 de março de 2019 e no segundo Plano poderão ser adquiridas até 1.070.000 (um milhão e setenta mil) ações ordinárias com prazo de vigência entre 1º de agosto de 2019 e 10 de agosto de 2019. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Adicionalmente em reunião realizada em 21 de agosto de 2019, o Conselho de Administração aprovou a aquisição complementar de 400.000 (quatrocentas mil) ações ordinárias, com prazo de vigência entre 02 de setembro de 2019 e 10 de setembro de 2019.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.581.435)	(50.578)	19,59
Recompra em março	(1.100.000)	(11.758)	16,93
Venda em março	224.533	3.802	16,93
Venda em abril	196.866	3.333	16,93
Venda em julho	584.175	9.892	16,93
Recompra em agosto	(1.070.000)	(8.247)	14,67
Recompra em setembro	(363.000)	(2.824)	13,72
Venda em setembro	561	8	13,72
Venda em Outubro	12.726	174	13,72
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e de benefícios pós-emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	31/12/2019	31/12/2018
Varição cambial sobre investimento no exterior	29.499	59.622
Benefício pós-emprego	(16.783)	-
Total	12.716	59.622

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.128.753 (R\$ 1.049.745 em 31 de dezembro de 2018).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em reunião realizada em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, conforme recomendação do Comitê de Auditoria. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas e, em 18 de abril de 2019, as referidas foram

Notas Explicativas

aprovadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária (“AGO”).

Em reunião realizada em 27 de janeiro de 2020 pelo Conselho da Administração, foram apresentadas e aprovadas as demonstrações financeiras referentes ao semestre e ao exercício social findos em 31 de dezembro de 2019 e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2020, que serão submetidas à aprovação na AGO a ser realizada no dia 17 de abril de 2020. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de fortalecimento do capital de giro proporcionado pela manutenção de recursos e garantirá maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”) e o crescimento do produto “Pagamento em 2 dias”; e (b) à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital complementada pelo lucro líquido do exercício do ano de 2019, já deduzidos os montantes destinados à constituição da reserva legal e à distribuição de proventos, totaliza o saldo de R\$ 2.616.425 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.824.726 em 31 de dezembro de 2018).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da AGO. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de março e 23 de abril de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos, nos montantes de R\$ 147.800 e R\$ 216.973, respectivamente, que somados totalizam R\$ 364.773, equivalentes a 70% do lucro líquido após a constituição da reserva legal, do 1º trimestre de 2019, os quais foram pagos aos acionistas em 27 de junho de 2019.

Em reuniões realizadas em 24 de junho e 23 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos referentes ao 2º trimestre de 2019, no montante de R\$ 136.100 e R\$ 7.194, respectivamente, que foram pagos em 27 de setembro de 2019.

Em reuniões realizadas em 19 de setembro de 2019 e 29 de outubro de 2019, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 3º trimestre de 2019, no montante de R\$ 120.100, que foram pagos em 18 de novembro de 2019.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que serão pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

Notas Explicativas

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as instituições de pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2018	2.714.233.626
Recompra de ações – Março	(1.100.000)
Recompra de ações – Agosto	(1.070.000)
Recompra de ações – Setembro	(363.000)
Exercício de opção de compra de ações e ações restritas:	
Março	224.533
Abril	196.866
Julho	584.175
Setembro	561
Outubro	12.726
Total	2.712.719.487

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado	
	Exercício 2019	Exercício 2018
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	1.580.151	3.140.103
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.712.719	2.714.234
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,58250	1,15690

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado	
	Exercício 2019	Exercício 2018
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	1.580.151	3.140.103
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.712.719	2.714.234
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	3.894	2.696
Total (em milhares)	2.716.614	2.716.930
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,58166	1,15575

Notas Explicativas

17 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2018
Receita operacional bruta	5.897.986	7.206.746	12.497.853	12.907.475
Impostos sobre serviços	(597.306)	(756.338)	(1.150.548)	(1.221.636)
Total	5.300.680	6.450.408	11.347.305	11.685.839

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado classificada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2018
Despesas com pessoal	(459.486)	(443.993)	(971.693)	(811.542)
Depreciações e amortizações	(351.280)	(402.369)	(1.071.698)	(958.040)
Serviços profissionais	(531.100)	(391.921)	(292.968)	(232.627)
Gastos com aquisição (a)	(2.424.699)	(2.232.640)	(5.405.785)	(4.962.869)
Vendas e marketing (b)	(300.968)	(283.019)	(540.200)	(518.559)
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	(1.029.792)	(551.486)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS	46.452	2.759	106.252	19.485
Total	(4.113.985)	(3.751.183)	(9.418.388)	(8.015.638)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(2.637.562)	(2.506.458)	(7.252.208)	(6.242.672)
Despesas com pessoal	(289.046)	(272.118)	(717.126)	(571.626)
Despesas gerais e administrativas	(508.868)	(393.661)	(445.928)	(360.325)
Vendas e marketing	(300.968)	(283.019)	(540.200)	(518.559)
Outras despesas operacionais, líquidas	(377.541)	(295.927)	(462.926)	(322.456)
Total	(4.113.985)	(3.751.183)	(9.418.388)	(8.015.638)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas e marketing incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2018
Perdas com créditos incobráveis, <i>chargeback</i> e fraude (a)	(306.772)	(246.600)	(375.983)	(275.326)
Provisão para riscos, líquida (b)	(71.913)	(57.609)	(81.677)	(66.121)
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	(16.041)	(13.565)	(16.041)	(13.565)
Outras	17.185	21.847	10.775	32.557
Total	(377.541)	(295.927)	(462.926)	(322.455)

- (a) Perdas com fraude estão relacionadas às perdas operacionais decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais.
- (b) Provisão para risco está relacionada com a movimentação no saldo de provisões para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 14).
- (c) Perdas com imobilizado estão relacionadas aos valores baixados decorrentes de perdas de equipamentos de captura e com a constituição de provisão para perda de equipamentos.

Notas Explicativas

20 Compromissos

A Sociedade e suas controladas tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade e suas controladas celebraram os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2019, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	180.290
De 1 ano a 5 anos	67.368
Acima de 5 anos	4.012
Total	251.670

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de dezembro de 2019, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	127.534
De 1 ano a 5 anos	96.508
Total	224.042

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós-emprego

A Sociedade e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 34.210 (R\$ 8.548 em 31 de dezembro de 2018).

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em despesas de contribuições no montante de R\$ 9.183 (R\$7.445 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo, cujo montante dessas despesas totalizou R\$88.806 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$58.619 exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na

Notas Explicativas

Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram registrados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício 2019	Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2018
Colaboradores	65.146	58.219	102.499	83.995
Diretores estatutários	14.018	8.197	15.606	9.265
Total	79.164	66.416	118.105	93.260

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Sociedade (controladora) são como seguem:

	Exercício/2019			Exercício/2018		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	8.232	15.340	23.572	6.725	9.428	16.153
Conselho de administração	2.776	-	2.776	2.594	-	2.594
Total	11.008	15.340	26.348	9.319	9.428	18.747

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de ações e opções de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal em 2019, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2019, foi de R\$49.000 (R\$ 47.000 para o exercício de 2018), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício corrente foi de R\$515 (R\$ 515 para o exercício de 2018).

24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

No limite do capital autorizado, a Sociedade pode outorgar ações ou opções de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. Poderão ser outorgadas opções de compra de ações ou ações restritas, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos, sendo que o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários. O plano outorgado passou a ter sua carência faseada em quatro parcelas, sendo 25% após um ano, 25% após dois anos; 25% após três anos e 25% após quatro anos. Para os colaboradores, excepcionalmente no exercício de 2019, foi deliberada que as primeiras duas parcelas serão pagas em dinheiro, conforme valor estabelecido na outorga (os efeitos no exercício de 2019 de referidas parcelas estão divulgadas na nota explicativa nº 21), e as duas últimas em ações restritas.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de junho de 2011, 20 de junho de 2012, 19 de junho de 2013, 25 de junho de 2014, 24 de junho de 2015, 29 de junho de 2016, 28 de junho de 2017, 20 de junho de 2018 e 26 de junho de 2019 foram aprovadas a quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona, décima, décima primeira e décima segunda outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado o plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “*Restricted Shares*”, denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivo minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. O programa Sócio Cielo de 2012 a 2016 teve duração de dois anos. A partir de 2017, o programa passou a ter sua carência faseada em três parcelas, sendo 33% após um ano, 33% após dois anos e 33% após três anos. As transferências das ações estão condicionadas a permanência do executivo na Sociedade.

Em reuniões do Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2014, 25 de fevereiro de 2015, 27 de janeiro de 2016, 26 de janeiro de 2017, 23 de fevereiro de 2018 e 23 de janeiro de 2019 foram deliberados os planos Sócio Cielo 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 - “*Restricted shares*”, outorgados em março dos mesmos anos.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações				Valor justo das ações restritas (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Saldo	
Julho de 2017	828.878	(531.941)	(67.226)	229.711	23,26
Março de 2018	437.187	(98.043)	(157.754)	181.390	25,32
Julho de 2018	901.888	(624.143)	(43.362)	234.383	16,77
Março de 2019	995.372	-	(101.973)	893.399	10,89
Julho de 2019	2.419.297	(63.902)	-	2.355.395	6,73
Total	5.582.622	(1.318.029)	(370.315)	3.894.278	

A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.

O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de 36 meses (para os planos Sócio Cielo de 2017, 2018 e 2019 e para os planos de ações restritas de 2016, 2017 e 2018) e de até 48 meses (para o plano de ações restritas de 2019).

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecida provisão de R\$ 11.612 líquida dos encargos (R\$ 24.062 em 31 de dezembro de 2018), tendo como contrapartida a rubrica “Despesas com pessoal”. Desses montantes, correspondem à parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 9.039, líquido dos encargos (R\$ 7.616 em 31 de dezembro de 2018).

Foram exercidas 1.018.861 ações no valor de R\$ 17.209 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (1.133.644 ações no valor de R\$ 15.427 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018), sendo a movimentação de ações restritas outorgadas registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ (5.597) (R\$ 8.635 em 31 de dezembro de 2018).

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	Exercício/2019	Exercício/2018	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	29.200	142.316	177.002	344.148
Outras receitas financeiras	4.837	2.872	12.486	16.518
PIS e COFINS (b)	(1.588)	(6.766)	(7.703)	(12.414)
Total	32.449	138.422	181.785	348.252
Despesas financeiras:				
Juros e encargos sobre empréstimos	(480.217)	(407.671)	(568.715)	(467.245)
Participação de terceiros – FIDC Plus	-	-	(119.653)	(128.525)
Atualização monetária e juros de mora	(15.630)	(7.113)	(18.563)	(9.463)
Outras despesas financeiras	(21.962)	(21.750)	(31.807)	(33.671)
Total	(517.809)	(436.534)	(738.738)	(638.904)
Rendimento FIDCs:				
Aquisição de recebíveis (a)	1.058.892	1.547.405	1.172.253	1.604.741
PIS e COFINS (b)	(49.238)	(71.954)	(49.238)	(71.954)
Total	1.009.654	1.475.451	1.123.014	1.532.787
Variação cambial, líquida	17.089	(264.438)	17.057	(264.422)
Total	541.383	912.901	583.118	977.712

- (a) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “pro rata temporis”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

Notas Explicativas

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de patrimônio líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma instituição financeira.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Dívida (i)	(7.716.813)	(6.298.568)	(9.245.635)	(7.862.977)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	1.067	(75.692)	1.067	(75.692)
Disponibilidades	59.863	36.880	231.817	433.961
Aplicações interfinanceiras	-	-	256.108	236.173
Títulos e valores mobiliários (exceto FIDCs)	131.537	90.784	2.718.932	2.232.912
Dívida líquida	(7.524.346)	(6.246.596)	(6.037.711)	(5.035.623)
Patrimônio líquido (iii)	9.467.355	9.364.270	13.139.680	13.030.274
Índice de endividamento líquido	79,48%	66,71%	43,95%	38,65%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap" e de "NDF", mencionados na nota explicativa 6.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

b. Risco de crédito

Na operação de adquirência da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Sociedade dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Também há para a Sociedade um risco residual relativo a possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de "default".

Tais riscos primário e residual podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores.

Cada bandeira possui o seu sistema de garantias próprio, os quais encontram-se discriminados em seus regulamentos. Tendo em vista a variação do modelo de garantias e do grau de risco imputados às credenciadoras, a Sociedade avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682/13, as bandeiras (denominadas "Instituidora do Arranjo de Pagamentos" na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se sob análise. Dessa forma, o risco de crédito da Sociedade pode sofrer modificações, a depender do regulamento das bandeiras a ser oportunamente aprovado e divulgado.

Também há para a Sociedade risco de perdas com *chargeback* nas operações de aquisição de recebíveis (ARV) junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, em especial aqueles que efetuam vendas diferidas (com entrega futura de bens e/ou serviços). Para mitigação desse risco, a Sociedade adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que o

Notas Explicativas

estabelecimento comercial possa antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade e controladas.

Em sua operação, a Sociedade também tem risco com Subcredenciadores afiliados, à medida que estes podem não repassar aos seus estabelecimentos afiliados os valores recebidos da Cielo referentes às transações de cartão. Tal risco é mitigado pelas disposições constantes do termo de adesão ao contrato de credenciamento ao sistema Cielo que prevê que os Subcredenciadores assumem a responsabilidade de repassar os valores aos seus afiliados, isentando a Cielo de qualquer responsabilidade. A Sociedade também adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais a Sociedade pode, conforme o caso, solicitar garantias como fiança bancária, títulos públicos federais e depósito em conta para a cobertura de seu risco.

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras registradas nas rubricas de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 79.942.414 na controladora e R\$ 75.448.550 no consolidado (R\$ 68.841.637 na controladora e R\$ 65.046.674 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), como segue:

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Disponibilidades	4	59.863	36.880	231.817	433.961
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	-	256.108	236.173
Títulos e valores mobiliários	6	8.016.611	7.261.906	2.718.932	2.232.912
Instrumentos financeiros derivativos	6	1.067	(75.692)	1.067	(75.692)
Contas a receber com bancos emissores	7	71.864.873	61.618.543	72.192.036	62.219.320
Total		79.942.414	68.841.637	75.399.960	65.046.674

c. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos expostos a riscos.

e. Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira, representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Sociedade é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Sociedade dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e

Notas Explicativas

na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 31 de dezembro de 2019 totalizou uma perda de R\$30.123 (R\$ 89.397 em 2018). Essa variação cambial foi reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Sociedade está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	31/12/2019					
	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (i)	2.578	6.446	12.892	127.337	318.342	636.683
Patrimônio líquido (i)	111.222	278.054	556.108	236.184	590.460	1.180.921

	31/12/2018					
	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (i)	125.337	313.342	626.684	123.209	308.023	616.046
Patrimônio líquido (i)	125.103	312.757	625.513	381.069	952.673	1.905.346

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

f. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

g. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas

h. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Em 31 de dezembro de 2019, os saldos expostos à variação do DI referente às aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários (exceto FIDCs) e disponibilidades são R\$ 191.400 (R\$ 127.664 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 3.207.924 (R\$ 2.827.354 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado e empréstimos e financiamentos R\$ 6.731.530 (R\$ 3.414.717 em 31 de dezembro de 2018) na controladora e R\$ 6.631.388 (R\$ 3.414.717 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

		Controladora					
		31/12/2019			31/12/2018		
		Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras		2.920	7.300	14.600	14.232	35.579	71.158
Empréstimos e financiamentos		(37.178)	(92.946)	(185.892)	(35.328)	(88.319)	(176.638)

		Consolidado					
		31/12/2019			31/12/2018		
		Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras		17.700	44.251	88.501	35.243	44.164	137.868
Empréstimos e financiamentos		(36.887)	(92.218)	(184.435)	(35.328)	(88.319)	(176.639)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Aliança e Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas destacam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Notas Explicativas

Controladora						
31/12/2019					31/12/2018	
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total	
Ativos (Passivos):						
Disponibilidades e Títulos e valores mobiliários (a)	137	17.425	-	-	17.562	13.440
Contas a receber de emissores (b)	23.175.115	-	-	-	23.175.115	20.306.124
Obrigações por empréstimos (c)	(3.402.483)	(100.142)	-	-	(3.502.625)	(3.414.565)
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	195.972	870	50	196.893	19.457
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(87.277)	(285.709)	(9.533.457)	(9.906.443)	9.425.751

31/12/2019					31/12/2018	
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total	
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.047	-	-	-	1.047	130.950
Receitas de prestação de outros serviços (f)	49.088	1.545	3.518	300	54.451	69.218
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	84.196	-	-	-	84.196	81.680

Despesas:						
Despesas financeiras (c)	(276.511)	(2.914)	-	-	(279.425)	(231.933)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(4.664)	-	-	-	(4.664)	(5.872)
Prestação de serviços de processamento da dados (h)	-	(18.657)	-	-	(18.657)	(10.702)
Outras despesas operacionais (i)	(44.280)	(215)	(5.887)	-	(50.383)	(50.626)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(339.756)	-	-	(339.756)	(207.233)

Consolidado					
31/12/2019					31/12/2018
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total
Ativos (Passivos):					
Disponibilidades e Títulos e valores mobiliários (a)	121.528	-	-	121.528	76.576
Contas a receber de emissores (b)	23.175.115	-	-	23.175.115	20.306.124
Obrigações por empréstimos (c)	(3.402.483)	-	-	(3.402.483)	(3.414.565)

31/12/2019					31/12/2018	
Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)	Total	Total	
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	74.111	-	-	-	74.111	123.584
Receitas de prestação de outros serviços (f)	49.088	-	-	-	49.088	55.212
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	84.196	-	-	-	84.196	81.680
Despesas:						
Despesas financeiras (c)	(276.511)	-	-	-	(276.511)	(231.933)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(4.664)	-	-	-	(4.664)	(5.978)
Outras despesas operacionais (i)	(44.280)	-	-	-	(44.280)	(44.066)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	(28.657)	-	-	-	(28.657)	(24.572)

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos e Stelo; (iv) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil e aos saldos referentes à emissão de Debêntures Públicas mantidos pela Cateno (vide nota explicativa 12), e emissões de CCB junto ao Bradesco.
- (d) Corresponde, principalmente, a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital na Aliança no valor total de R\$ 195.000.
- (e) Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Sociedade e que serão repassadas às controladas diretas (Braspag e Multidisplay), controlada indireta (Stelo) e FIDC Plus (carteira de antecipação de recebíveis).
- (f) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay; (iii) prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH, bem como rateio de gastos compartilhados para a Braspag, Cateno e Stelo; e (iv) serviços de cobrança e liquidação para o

Notas Explicativas

FIDC e FIDC Plus. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.

- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no período.

Principais transações com partes relacionadas

Saldo de bancos emissores

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de antecipação, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Incentivos a bancos domicílio

A Sociedade firmou contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Sociedade e cuja liquidação seja feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Sociedade junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Sociedade destina um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

Contrato para sistema antifraude

A Sociedade tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Notas Explicativas

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Sociedade é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Sociedade participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Sociedade remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores.

Em decorrência da participação da Cielo nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo presta serviços de *big data* à Elo Serviços S.A., bem como mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de ações e opções de ações e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Notas Explicativas

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Serviços de Prospecção de Estabelecimentos Comerciais

Contrato firmado com Banco do Brasil S.A. e Banco Bradesco S.A. para que os bancos prestem serviços de prospecção de estabelecimentos comerciais para credenciamento pela Sociedade.

Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Sociedade.

Concessão de Pontos Livel

Contrato firmado com a Livel S.A. para concessão de pontos Livel para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Sociedade.

Contratos de Credenciamento

Contratos celebrados entre a Sociedade e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Sociedade preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

Contratos bandeira Elo

Contratos celebrados entre a Sociedade e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Sociedade preste serviços de processamento de transações e desenvolvimento de projetos. A sociedade também licencia o uso de plataforma à Elo.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “cash management”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Sociedade, foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Sociedade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	(30.123)	173.956	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	54.970	469.865	54.970	469.865
Aumento de capital com utilização de reservas	-	1.000.000	-	1.000.000
Benefício pós emprego	(16.783)	-	(16.783)	-
Dividendos mínimos propostos	-	875.000	-	875.000
Juros sobre o capital próprio proposto	(81.276)	-	(81.276)	-

Notas Explicativas

29 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	255.555
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	180.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000

Proposta de Orçamento de Capital

“Prezados Acionistas,

O Conselho de Administração da CIELO S.A. (“Companhia”), para fins do disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, bem como em observância ao Estatuto Social da Companhia, submeterá à apreciação de Vossas Senhorias, na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 17 de abril de 2020, a seguinte proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2020 (“Orçamento de Capital”):

Em razão da expectativa de crescimento do volume do negócio da Companhia, das projeções realizadas para o corrente ano e do cenário macroeconômico do País, o Orçamento de Capital compreende o valor total de R\$ 2.616.425.501,27 (dois bilhões, seiscentos e dezesseis milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e um reais e vinte e sete centavos), a ser formado por: **(a)** retenção de 52,7% do Lucro Líquido apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, após a constituição da reserva legal, no montante de R\$ 791.700.250,30 (setecentos e noventa e um milhões, setecentos mil, duzentos e cinquenta reais e trinta centavos); e **(b)** o valor remanescente da reserva de lucros constituída no exercício passado, no montante de R\$ 1.824.725.250,97 (um bilhão, oitocentos e vinte e quatro milhões, setecentos e vinte e cinco mil, duzentos e cinquenta Reais e noventa e sete centavos).

A administração entende que a retenção de recursos ora proposta, com base no Orçamento de Capital, garantirá maior robustez e estabilidade financeira à Companhia, com vistas **(a)** ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”) e o crescimento do produto “Pagamento em 2 dias”; e **(b)** à recompra de ações de emissão da Companhia, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567..

O prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020. Por fim, a Companhia informa que a destinação ora proposta está refletida nas Demonstrações Financeiras elaboradas pela administração, as quais serão amplamente divulgadas nos termos da legislação vigente.

Barueri, 27 de janeiro de 2020.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CIELO S.A.”

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre (individuais) e exercício (individuais e consolidadas) findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais, para o semestre e exercício findos nessa data, e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Processo de captura, processamento e liquidação das transações

A Sociedade efetua a captura, o processamento e a liquidação de transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por Instituições Financeiras, que são a base para o reconhecimento das receitas operacionais e outras informações apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, principalmente relacionadas às rubricas de saldos a pagar a estabelecimentos comerciais e saldos a receber de bancos emissores. Em função da alta complexidade inerente ao processo de captura, processamento e liquidação das transações, que, entre outros, é a base para o reconhecimento de receitas operacionais e, que pode impactar o valor registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Com o suporte técnico de nossos especialistas em tecnologia, efetuamos a avaliação do desenho dos controles gerais chave de tecnologia da informação associados com a captura, o processamento e a liquidação das transações com cartões de crédito e débito e contas relacionadas. Adicionalmente, efetuamos testes relacionados às conciliações dos saldos contábeis com informações provenientes de relatórios fornecidos pelas bandeiras, bem como testes por amostragem, de verificação de documentação suporte para registro das transações e da receita operacional. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 5 e nº 11.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis o processo de captura, processamento e liquidação das transações e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida (Controlada - Cateno Gestão de Pagamentos S.A e Consolidado)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 9 e nº 11, o valor dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial na demonstração financeira individual, inclui valores de ativos intangíveis, desta forma classificados na demonstração financeira consolidada, com vida útil definida cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios preparados pela Administração. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor do investimento em controladas registrados na demonstração financeira individual e o valor do intangível registrado na demonstração financeira consolidada, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação do valor recuperável dos ativos intangíveis de vida útil definida. Com o suporte técnico dos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade e consistência dos dados e premissas utilizados no último estudo anual de avaliação do valor recuperável, utilizado pela administração da controlada, tais como taxas de crescimento, taxas de desconto, projeções de fluxos de caixa e estimativas de rentabilidade, bem como a razoabilidade dos cálculos matemáticos incluídos neste estudo. Adicionalmente, comparamos a projeção de lucro apresentada pela administração nesta última avaliação anual efetuada com o desempenho econômico e financeiro da Controlada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela Sociedade nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas descritas nas notas explicativas nº 9 e nº 11.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis a mensuração dos ativos intangíveis de vida útil definida e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, e apresentadas como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 27 de janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme aplicável, e Relatório da Administração referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, estando em condição de serem apreciados e deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Barueri, 27 de janeiro de 2020.

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

1. Do Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração, com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia, com a atribuição de: (a) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia; (b) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (d) discutir, recomendar e acompanhar a execução dos planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; (e) zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 19 de junho de 2013 o Comitê é composto por 03 (três) membros, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que pelo menos 1 (um) deles, deverá ser Conselheiro de Administração Independente e coordenador do Comitê. Os atuais membros têm mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2019.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. No exercício de 2019, o Comitê realizou 04 (quatro) sessões ordinárias e 08 (oito) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de auditoria interna, auditores independentes, controles internos, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia. Em todas as reuniões do Comitê foram realizadas sessões reservadas entre seus membros e com o líder da auditoria interna, além de, trimestralmente, com os auditores externos e duas com o CEO da Companhia. Também foi realizada reunião conjunta, com o Conselho Fiscal para troca de informações e experiências.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê e o programa de trabalho da Auditoria Interna.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2019, cabe destacar as seguintes: (a) recomendação para a contratação de auditoria independente; (b) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais; (c) acompanhamento periódico de ofícios/comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia; (d) aprovação do plano anual de Auditoria Interna para a Companhia e de suas controladas, bem como do seu orçamento e deste Comitê; (e) acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Companhia, bem como o sistemático acompanhamento do status das ações corretivas; (f) acompanhamento dos trabalhos de controles internos, da gestão de riscos e do monitoramento de fraudes, com base nas manifestações e reuniões com os auditores internos e independentes; (g) acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, conglomerado prudencial, bem como das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia; (h) recomendação acerca das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e conglomerado prudencial, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes emitidos; (i) recomendação acerca das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas dos relatórios de Revisão de Informações Trimestrais - ITR emitidos pela Auditoria Independente; (j) acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria independente, bem como das recomendações de melhoria/aprimoramento dos controles internos; (l) acompanhamento do canal de denúncias; (m) acompanhamento da implementação das ações necessárias decorrentes dos resultados do diagnóstico de aderência da Companhia quanto à regulação do setor de meios de pagamento e LGPD; (n) a avaliação semestral acerca dos principais aspectos dos Relatórios Semestrais da Ouvidoria; (o) análise do Relatório dos Auditores Independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares, elaborados em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nos termos da Circular nº 3.467/09, bem como acompanhamento da execução do plano de ações decorrentes dos últimos relatórios emitidos; (p) acompanhamento do reporte periódico acerca das coligadas, com foco em (1) resultados; (2) visão dos negócios; (3) riscos identificados; (4) governança atual; (q) recomendação acerca de ajustes às políticas institucionais da Companhia de competências deste Comitê; (r) realização de avaliação formal do desempenho deste Comitê pelos seus membros, bem como discussão dos resultados e aprovação do plano de ação para 2019.

2. Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício de 2019 e Demonstrações Financeiras Semestrais referentes ao 2º Semestre de 2019

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas dos Relatórios dos Auditores Independentes e dos Relatórios da Administração referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2019") e 2º Semestre de 2019 encerrado em 31 de dezembro de 2019 ("Demonstrações Financeiras Semestrais do 2º Semestre de 2019").

Tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o exercício de 2019, os Srs. membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras Anuais de 2019 e Demonstrações Financeiras Semestrais do 2º Semestre de 2019 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas para deliberação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri, 23 de janeiro de 2020.

Gilberto Mifano

Coordenador do Comitê de Auditoria

Claudemir Hanke

Membro do Comitê de Auditoria

José Antonio Teixeira

Membro do Comitê de Auditoria

(Pertence ao Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria – Exercício 2019)

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as quais foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central do Brasil ("BACEN") e da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), conforme aplicável.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2019, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes.